



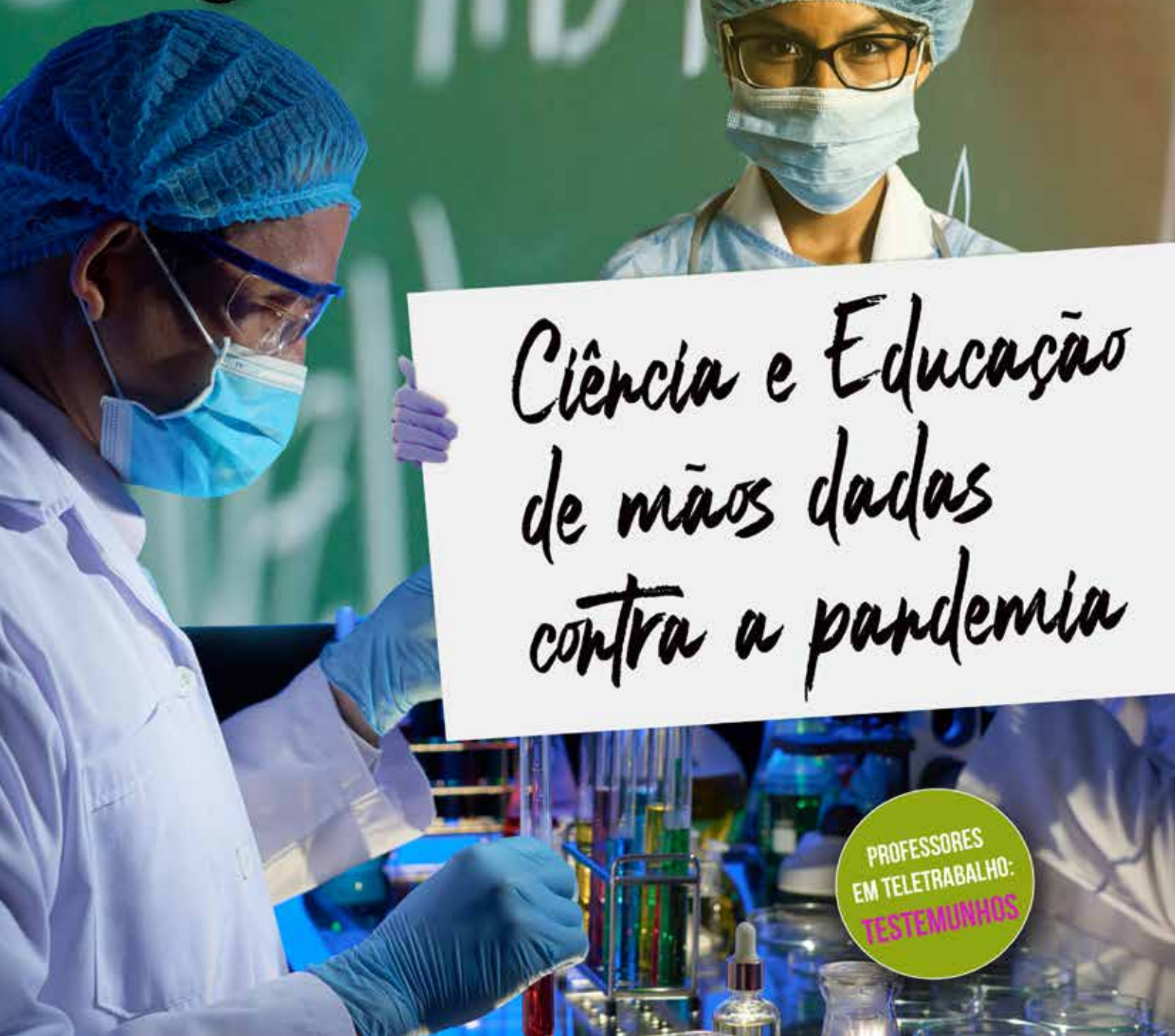
ESCOLA informação

nº 25.março.2020

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA . SPGL



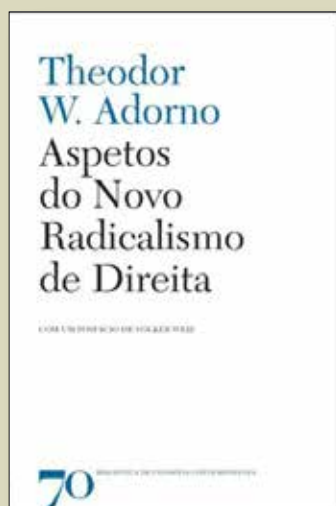
Digital



*Ciência e Educação
de mãos dadas
contra a pandemia*

PROFESSORES
EM TELETRABALHO:
TESTEMUNHOS

Leituras



W. Adorno, Theodor

Aspetos do Novo Radicalismo de Direita

Lisboa, Edições 70, 2020

Theodor Adorno, filósofo, fundador, juntamente com o seu colega Max Horkheimer, do Instituto de Investigação Social de Frankfurt, proferiu oralmente em 1967 uma palestra na Universidade de Viena sobre a temática do 'novo radicalismo' de direita que, apesar de algumas passagens historicamente datadas, permanece hoje, numa época de reorganização da extrema-direita, muito atual. Marcado pelo período de ascensão do nazismo e consciente que os grandes grupos económicos e financeiros foram determinantes para conduzir o partido de Hitler ao poder, Adorno vê na tendência para a concentração de capital a reabertura de um processo que conduz as classes sociais dominantes a não olhar a meios para a defesa dos seus privilégios mesmo quando o futuro da humanidade está em causa.

Premonitório, Adorno refere o "fantasma do desemprego tecnológico" (p. 13) resultante do alargamento do processo de automatização que, atualmente, se potencia numa dimensão nunca vista, como o ambiente propício para a criação de bodes expiatórios que, quando proferiu esta conferência, já atingia os imigrantes, apesar destes serem imprescindíveis para a reprodução da economia capitalista europeia ocidental. No plano político, ressurgiu o culto do autoritarismo ou das personalidades autoritárias que explorava nos anos sessenta do século passado a frustração de certos grupos pela derrota da Alemanha na guerra. Um destes grupos, o Partido Nacional Democrático da Alemanha (NPD), conseguiu entrar em sete parlamentos federais até 1968, podendo considerar-se uma espécie de precursor da atual Alternativa para a Alemanha (AfD). Para Adorno, "a identificação com o sistema nazi nunca foi realmente destruída" (p.18) na antiga Alemanha ocidental, abrangendo uma parte da população que, como refere no posfácio da obra Volker Weiss, se congratula com o anúncio do líder da AfD Björne Hocke sobre o início do fim da "política de superação" do passado nazi e demanda "uma viragem de 180° da política da memória" na Alemanha unificada. Adorno não tem dúvidas sobre a natureza do 'novo' radicalismo de direita que não tem, como o nazismo, consistência doutrinária, mas visa exclusivamente a conquista e o exercício do poder político. A forma de combatê-lo não pode, por isso, utilizar os meios tradicionais da propaganda política que se limita a "opor uma mentira a outra mentira", mas através de um processo de desmistificação ideológica", com o objetivo de o contrariar com "a força penetrante da razão, com a verdade não ideológica". ■

Joaquim Jorge Veiguiña

Defender sempre os direitos dos mais fracos!

1. A primeira página (i, e. “a capa”) deste El parece-me feliz. Assistimos a um esforço conjunto e organizado, unindo investigadores de quase todo o mundo, na procura de vacina e medicamentos que nos permitam eliminar, agora e no futuro, a ameaça deste vírus. É desde já necessário garantir que, quando conseguida, a vacina seja posta a circular a preços baixíssimos, de modo a que todos os países a possam oferecer aos seus cidadãos. Revoltante, mas significativo, é que a América do sr. Trump tenha tentado convencer um laboratório alemão a conceder a patente da futura vacina, em exclusivo, aos EUA, proposta indecente que o Estado alemão confirmou e recusou. “America first”, os outros que se lixem?

Educar é, também, desenvolver desde cedo o espírito crítico, que permita distinguir o verdadeiro (o provado cientificamente) das fabulações, das mentiras intencionais, das manipulações, das meias-verdades piores que as mentiras. A capacidade de receber a informação e de a ajuizar, de modo a não se deixar enganar, é também uma arma na luta que enfrentamos. É por isso que uma Escola de qualidade é uma arma civilizacional. E para ser de todos, tem de ser pública.

2. A iniciativa privada tem um papel a desempenhar na vida dos portugueses, tal como a Constituição reconhece. Mas ao ler no Público de 26 de março “hospitais privados exigem que o Estado pague já todas as dívidas”, num momento em que todo o apoio ao SNS é necessário e difícil, apetece perguntar se é possível imaginar comportamento mais abjeto. Ao nível do pior que uma iniciativa privada pode propor. Está-lhe no ADN...

3. Ainda é cedo para decidir como terminar este ano letivo. Mas não é cedo para exigir que a solução a encontrar respeite os direitos dos mais fracos: dos alunos que não têm internet em casa, dos que têm pais que não os podem ajudar, dos que não têm sequer casas com condições para estudar “à distância”. Este deve ser o princípio “sagrado” a determinar a decisão. ■

Miguel André

Nº25 MAR. 2020

SUMÁRIO



[4. Editorial. José Feliciano Costa](#)

[5. Professores em Teletrabalho](#)

[5. Um olhar desajustado](#)

[5. Que, com tudo o que sabemos, saibamos também fazer uma escola diferente](#)

[6. \(Re\) Inventar a Escola](#)

[7. O desafio do Covid 19](#)

[7. O outro lado da estrada](#)

[8. O que se exige de um Ministério responsável](#)

[8. A Escola em Confinamento](#)

[9. Abnegação e esforço solidário em época de quarentena](#)

[10. Ao nosso Ministro da Educação e a todos os nossos governantes deixo um apelo](#)

[11. Aos alunos do ensino noturno](#)

[11. TELETUDO](#)

[12. “Telescola” – uma experiência no século XXI](#)

[13. Dossier. Literacia para os media](#)

[14. A biblioteca escolar capacita os jovens para a compreensão crítica da mensagem mediática](#)

[18. O PÚBLICO na Escola está de volta. O quê? Quem? Onde? Quando? E, já agora, como e porquê?](#)

[20. Literacia para os media. Breve perspetiva histórica](#)

[21. Conceitos e metodologias](#)

[22. Educação para os Media em Portugal](#)

[26. “Literacia para os Média e Cidadania Global: Caixa de Ferramentas”](#)

[28. Dez grandes princípios da Educação para os Media](#)

[29. Cidadania. As novas Erínias e os seus aliados](#)

[31. Escola/Professores](#)

[31. Lutar vale a pena](#)

[34. Projetos de cariz pedagógico ou municipalização encapotada](#)

[36. Opinião. “Sentimos que temos de estar disponíveis a toda a hora”](#)

[37. Aos Sócios](#)

[41. Consultório Jurídico. O regime disciplinar do pessoal docente](#)



ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa . Chefe de Redação: Manuel Micaelo . Conselho de Redação: António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguiña, Carlos Leal . Redação: Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas). Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha. Capa: Dora Petinha sobre fotos de Pixabay e Freepick . Composição: Fátima Caria . Revisão: Lígia Calapez . SPGL . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



José Feliciano Costa
DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

As adversidades que teremos pela frente só serão superadas com espírito de união e de entreaajuda

Caros colegas,

A Direção do Sindicato de Professores da Grande Lisboa quer, neste momento particularmente difícil, dirigir uma saudação muito especial a todos os professores e educadores.

A situação que estamos a enfrentar é absolutamente excepcional e não tem paralelo na história coletiva das últimas décadas. Os próximos tempos irão colocar-nos à prova, exigindo que nos superemos a nós próprios.

As escolas encerraram e bem, por decisão do Governo, decisão essa que merece a nossa concordância, embora consideremos que pecou por tardia.

Perante este quadro, os professores, mais uma vez, não fugiram às suas responsabilidades. Não aceitaram a possibilidade de pôr a sua saúde em risco, se por acaso se exigisse a sua presença nas escolas, mas disponibilizaram-se, desde logo, para continuar a trabalhar à distância com os seus alunos.

O Ministério da Educação, embora não tenha atuado, de imediato, de forma clara, agindo de forma algo confusa e hesitante, acabou por perceber, no entanto, que era inevitável o cancelamento da atividade docente presencial.

As escolas, nomeadamente os seus diretores, na sua esmagadora maioria, acabaram também por perceber que não podia ser de outra forma, tendo imperado quase sempre o bom senso, no sentido de se organizar o trabalho através de casa, de forma não presencial.

Para já, o que se destaca desta crise, cujos contornos finais ainda não conhecemos, é a importância do serviço público, com particular destaque para o Serviço Nacional de Saúde. Se algo de útil esta crise nos pode trazer é a tomada de consciência de que é fundamental a manutenção de um Serviço Público de Saúde, sólido, universal e gratuito. Esperemos essa tomada de consciência por parte de alguns dos nossos governantes.

Por outro lado, há algo que fica muito claro: apesar da decisão já tomada pela Comissão Europeia e validada pelos ministros das Finanças dos 27 da suspensão das regras de disciplina orçamental, esta crise vem revelar que o projeto europeu da cooperação entre estados é, afinal, um mito - a Europa não canta a uma só voz em tempos de crise.

Vamos esperar pelo “Day after” para perceber o que se segue, se cavalgando a onda perante o quadro que se apresenta, se multiplicarão as ilegalidades, as arbitrariedades, os abusos, etc.

Nós, professores, como profissionais responsáveis que somos, assumiremos as nossas obrigações, no sentido de tentar minimizar os impactos negativos desta situação. Outros terão que assumir as suas.

Caros colegas,

Agora é o momento de ficar em casa, de nos protegermos, de protegermos os nossos filhos, os nossos familiares, os nossos idosos, os nossos amigos, em suma, a nossa Comunidade.

As adversidades que teremos pela frente só serão superadas com espírito de união e de entreaajuda. Neste contexto de grande incerteza, todos e cada um de nós tem o dever fundamental de tudo fazer em prol do Bem Comum. ■

Saudações e até breve.

Professores em Teletrabalho



De um momento para outro, a Escola mudou

De um momento para outro, a Escola mudou. Uma mudança temporária, é certo, mas que obriga professores e alunos a modificarem e repensarem métodos e condições de aprendizagem e que também insere mais profundamente os pais no processo escolar dos seus filhos. Regressamos por algumas semanas a uma espécie de telescola. Que implicações terá é tema para irmos discutindo, de forma crítica, mas “aberta” a mudanças que se vão impondo. Este tipo de telescola criou vivências novas para os professores e educadores. A Escola Informação (EI) pediu a alguns docentes que passassem a escrito o modo como estão a experienciar esta “novidade forçada”. São esses testemunhos que aqui deixamos. Sejam eles capazes de fomentar a reflexão que o futuro de uma escola de qualidade nos impõe.

com aparelhos e sistemas informáticos suportados pelos professores são uma prática adquirida? Pior um pouco se a revisão das condições laborais vier acompanhada por uma redução salarial associada à crise económica. Volto ao início. Vivemos dias estranhos. Isso impele-nos a olhar de outro modo. Mais inquieto. Crítico. Até, desajustado. Todavia, o mais danoso seria ceder à inevitabilidade do unanimismo. ●

Um olhar desajustado

Luis Pereira
Professor (2/3 ciclo)

Vivemos dias estranhos. Assistir às intervenções do Ministro da Educação ou do líder dos Directores mais reforça essa impressão. Bem sei, fazem um assinalável esforço para simular continuidades e transmitir serenidade. Devo esclarecer, a minha estranheza resulta do contraste entre a sua assertividade na televisão e o aparente desnorte no terreno. A história da preocupada assessora à espera de ordens do director ausente enquanto este, por sua vez, aguarda instruções incertas do ministério pode não ser uma rábula. Não obstante, os professores tentam manter a “Escola”. Face a uma escola pública carente de recursos informáticos, a partir de suas casas, com os seus próprios recursos, vão erguendo a apregoada Escola Virtual. Procuram ferramentas, exploram possibilidades, constroem soluções.

A instituição Escola continua a funcionar. Atempadamente, importa fazer um balanço sério da actividade. Confesso o cepticismo. Temo que falte coragem. Não para o balanço, mas para a seriedade. Talvez noutras geografias a realidade seja diversa, aqui nesta vila interior e rural é inquietante. É certo, trabalho no mais pequeno agrupamento do país, todavia, finda a primeira semana da “escola virtual” apenas um número residual de alunos respondeu aos meus emails. Haverá alguns expectantes ou desinteressados, outros não terão possibilidade de responder adequadamente. Era previsível, no início do ano lectivo nem todos os alunos dispunham de um computador em casa. A construção virtual desta comunidade educativa veio acentuar as suas linhas divisórias?

Um observador mais precavido, atirado ao futuro, haverá de vislumbrar neste momento de incerteza uma singular oportunidade para rever as condições laborais. Finda a pandemia, bastará normalizar os actuais procedimentos de excepção... O horário laboral desregulado e informal do dito teletrabalho será para manter? Os custos

Que, com tudo o que sabemos, saibamos também fazer uma escola diferente

Isabel Louçã
Professora (2/3 ciclo) na escola E/B 2,3
Almirante Gago Coutinho

ML: 5 irmãos. Às vezes, o sobrinho chora toda a noite e não o deixa dormir. CS: em casa não há net, nem computador. Nunca houve, que as prioridades são outras quando o mês é sempre maior que o salário.

JT: 2 irmãos em idade escolar, pais em teletrabalho. Dois portáteis para 5 pessoas. Escola 2,3 Almirante Gago Coutinho, mas podia ser qualquer pública do país, onde todos são Miguéis, Carolinas, Joanas.

Sabemos que o vírus atacou antes mesmo de infetar quando se assume que a estadia em casa é só isso e que as aulas online são apenas aulas onde não nos tocamos.

Sabemos que estamos a contrariar o dever de universalidade e igualdade da escola pública quando queremos continuar um processo de ensino-aprendizagem incapaz de transpor a distância a que estão alunos e alunas sem internet, com computadores familiares partilhados, com problemas de subsistência dia a dia mais graves.

Sabemos que estamos a negar a educação para a cidadania quando não admitimos a importância das trágicas aprendizagens de cada um/a em casa, neste momento, e lhes pedimos atividades que não sejam desenhar a amizade que os une, contar das saudades que têm uns dos outros, imaginar novas formas de relacionamento e de apoio coletivo.

Sabemos que o Ministério merece cuidados intensivos e devia estar de quarentena quando recomenda que, de casa, cada professor/a telefone aos alunos/as sem acesso a plataformas online, ou lhes mande pelos CTT os trabalhos de casa, e que no governo tanto se manda as pessoas para casa como se multiplica o trabalho porta a porta dos carteiros.

Que, com tudo o que sabemos, saibamos também fazer uma escola diferente. Porque, quando isto tudo acabar, não vamos ser os mesmos/as e nada vai ser igual. ●

(Re) Inventar a Escola

Carla Carvalho

Professora (1º ciclo) EB1 Bairro de S. Miguel. Dirigente sindical

Muito temos visto, ouvido e falado sobre este vírus que nos ceifou, de um

dia para o outro, a Liberdade de nos sentirmos seguros em casa, na rua, no trabalho e até junto de quem nos é chegado.

Muito temos visto, ouvido e falado sobre como nos defendermos e protegermos.

Muito temos visto, ouvido e falado sobre higienizar, desinfetar e limpar para acautelar, minimizar e controlar a propagação.

Até aqui tudo certo!

O que não está certo é a ansiedade doentia em que o corpo docente caiu, ceifando também, aos demais, confinados aos escassos metros de um qualquer apartamento, a necessária sanidade (que vai sendo pouca) para corresponder aos desafios de ter que trabalhar, higienizar, cozinhar, e supervisionar filhos e respetivos trabalhos escolares.

Há uma Escola antes e depois de 13 de março, disso não tenho qualquer dúvida. Mas há, acima de tudo, um desgoverno total e absoluto a vigorar à luz do dia, vindo à tona de água aquilo que a grande maioria de nós tem vindo a denunciar há já muito tempo – falta de rumo, falta de sustentabilidade e falta de investimento sério num serviço público de qualidade.

A Escola não estava preparada para um golpe desta natureza, assim como nenhum dos comuns mortais. Mas a novidade desta pandemia não é a impreparação da instituição Escola - essa já está obsoleta há muito -, a grande novidade desta crise é o estado de saúde mental dos seus profissionais. Isso sim é um vírus persistente, perigoso e altamente contagioso. Só uma classe fragilizada e debilitada se deixa isolar e fragmentar, agindo cada um por si, tentando desesperadamente “mostrar serviço”. Todos inventam tudo, todos exigem tudo, todos querem trabalhos, questionários, relatórios, apresentações, fichas, enfim, um sem número de tarefas que esgotam e esvaziam o sentido de urgência pela calma, tranquilidade e serenidade que o tempo presente exige. Tempo Presente!!!! Não futuro, não passado, PRESENTE!

Parece que deixámos de viver O e NO PRESENTE, estamos sempre preocupados com tudo e todos menos com o PRESENTE!

Lamento dizer mas não há nenhuma Escola pública, no nosso país, preparada com recursos materiais, físicos nem humanos pronta a pôr em prática o ensino a distância.

As melhorias e os esforços das autarquias, em muitos casos, traduzindo-se em obras de grande envergadura e significativo esforço financeiro, não contemplam salas de aula com a fluidez necessária para a utilização e implementação de recursos tecnológicos tão necessários, como por exemplo na redução do papel. É impensável, nos dias de hoje uma sala de aula com um único ponto de tomada para ligar 13 ou 14 portáteis, criando um emaranhado de cabos e extensões, já para não falar da logística de montagem.

Há muito a fazer, desde a impreparação das salas - falta de tomadas, falta de projetores e telas, falta de computadores – à impreparação de uma classe docente desgastada, cansada e envelhecida.

No dia 13 de março último, tudo o que tínhamos por garantido, tudo o que conhecíamos como sociedade estruturada e organizada, tudo o que éramos enquanto civilização deu lugar ao desconhecido. Este desconhecido provocou em nós uma sensação estranha de desconforto e desconfiança.

Por forma a minorar os danos causados por este desconforto e desconfiança que se traduziu nesta alteração forçada de rotinas, dei as minhas sugestões/contributo às famílias cuja escolaridade dos seus educandos está à minha responsabilidade, para que o impacto destas medidas extraordinárias fosse o menor possível.

Tal como disse são tudo propostas e cada família vai gerindo o melhor que pode e consegue. Os docentes têm o dever ético e moral de usarem do bom senso, sensatez e responsabilidade para que possamos ser parte da solução, nestes tempos difíceis, e nunca mais um problema.

A confiança nos encarregados de educação, pais, mães, alunos e alunas

é fundamental para que, juntos, com a tranquilidade e a serenidade que o momento exige, possamos ultrapassar este obstáculo que nos fará, certamente, pessoas mais gratas e felizes.

Temos muito que aprender com este vírus. Temos várias lições a aprender: Humildade, Humanidade e Finitude! Termino reforçando, uma vez mais, que os tempos que vivemos são difíceis para todos e todas, pelo que é nosso dever, enquanto docentes, ser uma ajuda às famílias, também elas diferentes, com necessidades diversas e com recursos desiguais. E, por isso mesmo devemos ser parte da solução e NUNCA mais um problema. Cada um fará o que conseguir e da melhor forma possível!

O tempo é de UNIÃO, COOPERAÇÃO e COMPREENSÃO! ●

O desafio do Covid 19

Mafalda Pernão

Professora de Música no Conservatório Nacional. Dirigente do SPGL

Estamos todos com um novo desafio, repentinamente colocado, e para o qual avançamos de um dia para o outro, sem qualquer preparação. Sem rede, foi a todos nós, professores, colocada a necessidade de trabalhar diferente. Não por uma razão decorrente de uma teorização mais ou menos fundamentada, mas porque a saúde pública assim o veio exigir. Isto quer dizer que, independentemente da flexibilidade curricular ou da inclusão, os professores se viram confrontados com uma real necessidade de rever os seus processos de trabalho, de uma forma que classificaria de radical.

Que problemas se colocam com esta reviravolta e em que disciplinas pode mesmo implicar repensar os conteúdos e os métodos a utilizar? E como vai tudo isto implicar na profissão docente enquanto estrutura profissional? Não querendo dispersar este pequeno texto, a proposta aqui é pensar sobre o

caso concreto do ensino da música, de uma forma abrangente, pois quer seja no currículo geral quer seja no do ensino especializado, a expressão artística é uma forma de comunicação. Comunicar através de experiências vividas por cada um dos alunos e partilhadas em conjunto com os restantes.

Para que as artes possam desempenhar o seu papel na educação, é fundamental que sejam vistas como um processo, uma construção, em que cada aluno experimenta e troca a sua experiência com os restantes, neste caso através da música, que tem no som a sua principal evidência.

O teletrabalho, no caso deste ensino, começa por ter a barreira do suporte informático a dificultar a comunicação. Cantar em conjunto, ouvir os outros e participar em tempo real com o grupo, é algo que pode não ser facilmente implementável.

Tornar o ensino da música em algo teórico não pode ser a solução. Música é som e movimento. Muitos dos pedagogos que desenvolveram métodos para o ensino da música (Orff, Dalcroze, Gordon e outros) afirmaram que a consciência do movimento no espaço e no tempo é fundamental para o desenvolvimento rítmico, e também para a escuta consciente.

Teremos então que responder a este desafio com criatividade e inovação.

Os professores podem aproveitar este desafio para questionar o como, e que novas abordagens podem ser implementadas, na procura de novos caminhos.

“Ao fim e ao cabo, a criatividade humana assenta na vida e no facto extraordinário de que a vida vem equipada com uma ordem precisa: resistir e projectar-se para o futuro, aconteça o que acontecer.” (Damásio, 2017, p 50)

Damásio, A. (2017). A estranha ordem das coisas. A vida, os sentimentos e as culturas humanas, Lisboa: Temas e Debates-Círculo de Leitores.●

O outro lado da estrada

Eduarda Gordinho

Professora (1º ciclo)
Dirigente sindical

Sexta – feira dia 13 de março, despeço-

-me dos meus alunos e venho para a minha casa no meu lado da estrada. A minha casa é um sítio agradável, cómodo, arejado, com luz. Há amor, alegria, comida para curto e médio prazo, medicamentos, preocupação e, a partir de hoje, prevenção, isolamento. Sei que não vai ser fácil para mim, para o meu marido e para o meu filho de quatro anos ficarmos todos juntos vinte e quatro horas no mesmo espaço que, apesar dos poucos metros quadrados, paga um IMI absurdo.

Mas o meu lado da estrada é seguro, é calmo. Olho pela janela todos os dias para o outro lado da estrada, o lado onde se encontram muitos dos meus alunos da escola. Estamos divididos fisicamente por uma estrada e socialmente pela Fossa das Marianas. A maioria dos nossos alunos na escola são crianças que vivem num sobressalto e que a atividade que mais praticam diariamente é a luta pela sobrevivência. No outro lado da estrada não há computadores, impressoras e papel para fazerem os trabalhos que a professora foi obrigada a mandar aos alunos. No outro lado da estrada há telemóveis que têm cartão mensal cujo número não vai ser guardado nas nossas listas de contactos durante anos.

No outro lado da estrada assina-se com o dedo e não há subsídios para crianças que não tenham a papelada em dia. No outro lado da estrada há crianças que não conseguem fechar os olhos à noite por medo, medo de serem agredidas, medo dos gritos, do cinto que não para de bater. No outro lado da estrada há vontade de fugir numa altura em que falamos de imobilização social e de vírus.

No outro lado da estrada a mãe vai continuar a levantar-se às cinco da manhã para poder ir fazer a limpeza à doutora e ao escritório do senhor engenheiro. A mãe vai chegar a casa acompanhada pelo luar e vai perguntar ao filho se fez o trabalho: fazer o jantar, afinal já tem idade para isso.

Para falar com o outro lado da estrada o telemóvel passa de mão em mão até chegar a alguém que finalmente consiga perceber um bocadinho do que estou a pedir. “Ó professora, estamos bem, estamos bem!”.

Na escola, no último dia, a professora explica aos alunos o que está a acontecer com o mundo, que temos de travar um inimigo invisível e que terão de, nos próximos dias, ficar a salvo, nos seus

portos seguros com a família e uma criança pergunta: “E agora, quem nos vai dar de comer?”. Congelo para não chorar.

Do meu tranquilo e seguro lado da estrada penso todos os dias nos meus meninos. Mando-lhes colo de forma imaginária. Aos poucos alunos cujos pais têm e-mail e condições de receber o que planifico continuarei a mandar trabalho, pois nesta casa deste lado da estrada esta professora é uma sortuda que tem computador pessoal, telemóvel e internet em casa. Podia não ter mas tenho.

Para o outro lado da estrada envio o desejo que tudo lhes corra bem, que estejam a salvo e de barriga cheia, e planos de trabalho para o vácuo da net, que nunca serão feitos, mas tenho de o fazer para justificar a minha importância aos muitos senhores e senhoras que ordenam coisas esquisitas das suas secretárias e que nunca estiveram numa sala de aula e não fazem ideia. Não fazem ideia. Não fazem ideia. ●

O que se exige de um Ministério responsável

Ana Cristina Martins
EB Moinhoas do Restelo
Dirigente sindical

É um tempo que nenhum de nós imaginou viver e que nos caiu de repente em cima, sem aviso e sem preparação. Ninguém imaginava ser possível que de um dia para o outro o mundo pudesse parar, de uma forma que nos assusta e faz temer o dia seguinte. Rotinas viradas do avesso, ansiedades, novas realidades. Tudo em poucos dias ou semanas.

Aos professores, literalmente de um

dia para o outro, é pedido, em muitos casos exigido, que inventem formas de trabalho que em condições normais levariam anos ou décadas a implementar. Num momento em que tudo se afigura difícil e incerto, é necessário que algum bom senso, até humanidade, impere. É vital que quem nos tutela seja realista, dimensione possibilidades, não invente realidades alternativas, oriente os serviços e as chefias intermédias, impondo a serenidade que o momento exige.

Avaliar com critério a situação que vivemos, estabelecer prioridades e soluções excepcionais. Resolver à medida das circunstâncias, ao invés de complicar e exigir o impossível.

É isto que se exige de um Ministério responsável, será pedir muito? ●

A Escola em Confinamento

Carlos Silva
Professor (2/3 ciclo).
Dirigente sindical

Posso dizer, sem hesitar, que o agrupamento de escolas onde trabalho se organizou de forma rápida para o desenvolvimento de actividades formativas a partir de casa, o denominado tele-trabalho.

O processo ocorreu quase sem nenhuma preparação, mas logo na primeira semana sem aulas presenciais, a generalidade dos professores enviou aos seus alunos actividades de estudo e consolidação de conceitos e competências que foram tratados durante os últimos dias de aulas. A resposta dos alunos, apoiados pelas respectivas famílias, tem sido bastante empenhada e, por estes dias, são muitos os professores com dificuldades em gerir as suas caixas de e-mail, tal é o afluxo de e-mails de alunos e de solicitações de trabalho.

No centro do processo de comunicação com os alunos, agora a partir de casa, encontram-se os directores de turma.

Têm sido eles a estabelecer as pontes entre as orientações vindas do conselho pedagógico e os professores dos respectivos conselhos de turma e destes com os alunos e seus encarregados de educação, especialmente activos no acompanhamento dos alunos do segundo e terceiro ciclos do ensino básico. Na primeira semana sem aulas, a escola mergulhou num profundo silêncio, mas está longe de estar vazia. O pessoal não docente está a comparecer rotativamente, o conselho pedagógico reuniu presencialmente, a directora, os professores assessores da direcção e do conselho pedagógico marcam presença regular, para reuniões e para desenvolvimento de trabalhos. Os directores de turma reuniram-se em tele-conferência para organização dos conselhos de turma que terão lugar nos dois últimos dias de Março e no primeiro de Abril, estando previsto que recorram à aplicação “zoom” para a sua realização em tele-conferência. Entretanto, estão a ser marcados ensaios dos equipamentos e aplicações a utilizar, tendo em vista o esclarecimento e a operacionalização de recursos e a familiarização dos professores com aplicações e procedimentos.

Ou seja, a escola vive e labora. Apenas se deslocizou, pulverizando o cerne da sua sua actividade por milhões de habitações de alunos e professores que hoje se empenham diariamente em prosseguir o trabalho e comunicar à distância entre si.

Para além desta regular comunicação pedagógica, os professores deram, na presente semana, passos importantes no processo avaliativo dos alunos: efectuando os cálculos de apuramento dos níveis avaliação que irão propor, disponibilizando as tabelas com as propostas de classificação e registando-as no programa informático que regista vários documentos avaliativos, de um processo que não deixou de ser excessivamente burocratizado. No entanto, o que me parece valer a pena relevar nesta fase é o esforço bem-sucedido que as escolas e o sistema educativo estão a realizar para responder a contingências para as quais não existiam planos feitos. Estamos a viver os primeiros de muitos dias em que a escola, muito

longe das condições de que necessita, precisará de se aperfeiçoar sucessivamente no cumprimento da sua crucial finalidade de ajudar a formar os cidadãos de amanhã, facultando-lhes toda a bagagem de conhecimentos, competências e capacidades necessárias.

Não são de escamotear as naturais insuficiências e disfunções que transparecem de algumas das respostas adoptadas, assim como se torna evidente a sobrecarga de trabalho que já impende sobre professores e alunos, num tempo em que os próprios núcleos familiares lutam para assegurar os recursos indispensáveis para resistir à pandemia. Há, pois, que não perder de vista a realidade concreta de muitos lares de alunos - mas também de professores - em que faltam condições que permitam o desenvolvimento do trabalho a partir de casa, nomeadamente ao nível dos equipamentos informáticos e de rede, assim como das condições de recato e privacidade para todos os residentes. Nestes tempos extraordinários, a abordagem da actividade das escolas deverá ser crítica e ao mesmo tempo flexível, não dispensando a avaliação regular e o aperfeiçoamento sucessivo das várias estratégias e procedimentos adoptados para estas respostas iniciais.

Nestes dias de perplexidade e incerteza, não será demais sublinhar que os professores estão a dar provas de uma assinalável capacidade de adaptação a novas circunstâncias, superando as barreiras criadas pelo estado de emergência, reinventando-se na organização do seu trabalho, adoptando novas formas, recursos e processos de comunicação, em suma, teimando em ser professores. ●

Abnegação

e esforço solidário

em época

de quarentena

Luísa Teixeira Barbosa

Prof. na Sec. Alexandre Herculano - Coordenadora da Direção Regional de Santarém do SPGL

É com abnegação, com muita dedica-

ção, mas também com muito esforço com o qual os professores se comprometeram, pensando que também faz parte da sua missão a solidariedade com toda a coragem, demonstrada por mulheres e por homens, que todos os dias lutam para salvar vidas e manter as nossas vidas com o mínimo de privações.

Assim, como em todas as crises, sendo esta uma grave crise para a saúde pública, surge em primeiro lugar aos professores a dúvida, a incerteza, a insegurança, o receio, as dificuldades de adaptação aos novos modelos digitais que servirão para teletrabalho... apesar da boa vontade de muitos.

Mas não é fácil, num período de crise, surgem sempre os atropelos, que demonstram alguma irreflexão nas medidas tomadas e os egoísmos em que não se tem em conta a idade dos professores, as condições de trabalho na Escola ou em casa, bem como a escassez de equipamentos tecnológicos das famílias, como computadores, tablets, Smartphones ou mesmo Internet, o que se nota mais nas zonas do interior onde os ordenados são parcos, ou nas cidades, onde numa família de dois adultos e dois filhos com dois computadores e em teletrabalho, não os podem dispensar a todos ao mesmo tempo.

Tal acontece em Santarém (mas certamente em todo o país). O que fizeram as Direções? A maior parte respeitou a quarentena enviando os professores para casa em teletrabalho; os Diretores de Turma ficaram de reunir os contactos telefónicos e por email dos encarregados de educação, bem como preparar as plataformas digitais que já se usavam para contactar os alunos. Os professores reuniram-se online ou por telefone para estabelecerem tarefas para os alunos e iniciaram-se experiências de aulas online para as quais se receberam Tutoriais em vídeo e em Pdf para autoaprendizagem, tendo uma equipa de professores de informática que ajudam os colegas, tendo como objectivo iniciar com estas ferramentas as aulas 3º período. Outras escolas privilegiam o contato telefónico dos Diretores de Turma que estão na posse das tarefas previstas e muitos ainda não conseguiram resolver a questão dos alunos que não têm equipamentos e internet, nem em conjunto com os equipamentos da Escola, nem com as



Câmaras, nem com as Juntas de Freguesia (apesar das boas intenções), que se encontram em desvantagem face aos restantes que os têm.

As novidades são tantas para todos nós, as novas aprendizagens são requeridas com uma rapidez tal, que não deixa ninguém “parar” ou “respirar” (o que nos faria tanta falta à saúde) e, as ordens são por vezes pouco claras ou de interpretação duvidosa, que todos se resguardam nas suas casas e...aqueles que saíram para a escola foi certamente por “engano”, ordens abusivas ou por inerência de funções.

Alguns colegas (poucos e algumas escolas têm cuidado em não chamar os professores com doenças crónicas) dão apoio aos filhos dos trabalhadores da saúde acompanhando a actividade durante o dia, os assistentes operacionais em algum dos casos foram diminuídos e em escalas desencontradas. Na cozinha, um ou dois funcionários preparam as refeições para os alunos de escalão A que as solicitaram previamente (e que certamente vão aumentar com o desemprego à vista), e estas são entregues aos familiares em takeaway, na portaria, com a exceção daquelas crianças que estão na escola. As Câmaras distribuíram kits para a protecção de adultos, mas não são muitas, e dificilmente conseguem que as crianças se habituem às máscaras.

Falando com colegas nada disto é fácil e o sentimento, para os que se preocupam, é de apreensão e até angústia... outros desdenham, pondo em perigo a vida de todos e tendo nós de passar por tudo isto aguardamos esperançosos que a Páscoa...nos traga alguma paz ... e a redenção! ●

Ao nosso Ministro da Educação e a todos os nossos governantes deixo um apelo

Teresa Paula Silva Moreira
Escola Se. Camões

Hoje, 18 de março, ao terceiro dia do cancelamento de todas as atividades com alunos nas escolas de todo o País, decisão reconhecidamente difícil tomada pelos nossos governantes, encontramos-nos nós professores e toda a comunidade educativa numa situação de necessidade de isolamento social por motivos de saúde pública à escala mundial.

Já muitos o disseram: é uma situação nunca vivida pelo menos nas últimas gerações... E como o isolamento proporciona o pensamento gostaria de partilhar algumas das minhas “reações”: Ao longo destes dias temos sido “bombardeados” com a ideia - ideal? ou idiota? - de que os professores estão todos em teletrabalho com os seus alunos e de que os alunos estão todos em suas casas a “cumprir” um horário tal e qual como se estivessem na Escola...

Todos sabemos que estamos no século XXI, que vivemos presentemente na era das tecnologias digitais, que passámos das relações sociais para as redes sociais, etc., etc. ...

Todo o Mundo mudou e Portugal não é exceção.

Em Educação temos agora o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória que pretende preparar os futuros cidadãos para o tal século XXI.

Mas e a Escola? A Escola mudou? Em

16 de março podíamos ler na página da DGE o anúncio do Lançamento do Site de Apoio às Escolas afirmando que “Perto ou longe a Educação é um direito!” e todos, é claro subscrevemos esta afirmação.

No entanto...

na minha opinião, o processo de ensino – aprendizagem é tanto mais potenciador de mais e melhores aprendizagens quanto maiores forem as possibilidades de interação entre os diversos intervenientes. É fundamental a aprendizagem presencial, seja ela em sala de aula, em laboratório, num ginásio, num Museu, numa visita de estudo, num Clube de Ciência, num Campeonato de Jogos, ou numa sessão de cinema. É fundamental, para mim enquanto professora, a presença física dos meus alunos. Poder assistir presencialmente às suas capacidades de reação perante uma determinada situação que lhes é apresentada e assistir à forma como ultrapassam os desafios que lhes colocamos seja individualmente seja na dinâmica do grupo turma é que desencadeia todo o processo de ensino - aprendizagem.

No entanto...

e porque “Perto ou longe a Educação é um direito!”, há situações em que por diversos motivos como, por exemplo, profissões de itinerância dos Pais, o ensino presencial não é possível. Foi por isso criada a modalidade de Ensino à Distância. Para tal foram criados espaços próprios para o efeito com equipamentos específicos ao seu funcionamento. Podíamos facilmente considerar que a situação atual de isolamento social poderia ser colmatada com o Ensino à Distância.

Eu leciono, pelo terceiro ano consecutivo a disciplina de Matemática A no Ensino Secundário Recorrente à Distância. É uma forma completamente diferente de lecionar, de planificar, de criar dinâmicas de aprendizagem e de desenvolver processos de ensino-aprendizagem. Aqui é fundamental o recurso a diversas tecnologias – o que é, sem dúvida, bom mas pressupõe por parte do Ministério de Educação a disponibilização de Plataformas de

suporte mas também por parte dos professores a necessidade de tempo para a sua preparação, e por parte de todos – cada aluno e cada professor – equipamento adequado – um computador com câmara, micro e auriculares (pelo menos no caso dos professores de Matemática, pressupõe ainda, equipamento que permita “partilhar o quadro”) para além da necessidade óbvia de ligação à internet.

Será isto será possível para todos? Não é!

Na minha turma de 12.º ano do ensino diurno existem alunos sem computador nem ligação à Internet em suas casas. Muitos mais existirão na nossa Escola e ainda muitos mais no nosso País! Lamento, excelentíssima Direção Geral de Educação, mas a criação de um sítio online não irá “permitir a todas as crianças e jovens: - manter contacto regular com os seus professores e colegas; - consolidar as aprendizagens já adquiridas; - desenvolver novas aprendizagens”.

Agradeço a todas as Editoras a prontidão com que disponibilizaram gratuitamente a todos os professores e alunos os seus materiais e recursos digitais. Bastou um dia para que as mesmas editoras se apercebam que não tinham os seus servidores preparados para um número tão elevado de acessos em simultâneo e enviassem pedidos de desculpas aos utilizadores “clientes” pelo facto de o sistema ter ido abaixo. Para mim este processo esteve sempre em baixo – pela simples razão que contraria o princípio: Perto ou longe, a Educação é um direito – para todos! Não posso aceitar que os nossos governantes se esqueçam das diferenças sociais entre famílias e não é só das mais carenciadas ou alguém acha que uma família de classe média dispõe em casa de equipamento informático por cada filho?

Não posso aceitar que este vírus que nos retirou o contacto social seja ainda promotor e agravante das desigualdades que todos sabemos já existirem no nosso Sistema Educativo! Nenhum de nós tem muita noção de quanto tempo irá durar esta quarentena e como, na minha opinião, sem interação não há aprendizagem, é fundamental que

os nossos alunos se mantenham em contacto, em contacto com as especificidades de cada disciplina do currículo, em contacto com os colegas da turma e da escola, em contacto com os professores, etc. Por isso, eu aceito o desafio de no contexto das nossas disciplinas, dos nossos grupos de trabalho, na nossa Escola podermos pensar e pôr em prática ações que permitam aos nossos alunos, em cada uma das suas casas, manter e manterem-se em contacto, mas sempre com a consciência que o maior desafio será chegar a todos! Ao nosso Ministro da Educação e a todos os nossos governantes deixo um apelo: não finjam que não conhecem a realidade do nosso sistema educativo! Aceitem o momento que estamos a viver como um momento de exceção! Encarem a possibilidade de este ano letivo haver matérias que ficarão por lecionar – em todas as disciplinas! Pensem, reformulem e alterem as avaliações externas previstas! Aproveitem para repensar o acesso ao ensino superior! E principalmente aproveitem para pensar como poderemos construir um Sistema Educativo que reduza as desigualdades sociais em vez de as acentuar! ●

<https://www.dge.mec.pt/noticias/lancamento-do-site-de-apoio-escolas>

Aos alunos do ensino noturno

Mário Correia

Professor (ensino noturno) na Escola Secundária Damião de Goes.
Dirigente sindical

A tod@s aqueles que acreditam que o ensino é uma forma de valorização pessoal e profissional, que se esforçam diariamente para se valorizarem, com prejuízo de toda uma vida pessoal, para melhor poderem responder aos desafios de cidadania que a sociedade democrática exige a cada um de nós. Sabemos como o ensino noturno tem sido abandonado por sucessivos governos ao longo do tempo, a falta de transportes públicos, de cantinas que forneçam uma refeição quente a quem

já trabalhou oito e mais horas antes de chegar às aulas, a falta de uma proteção efetiva no mercado de trabalho, para melhor poderem aproveitar deste ensino, são problemas que já há muito deveriam ter sido resolvidos.

Aqui estamos, os professores, os que com todos os alunos lutam noite após noite para nos melhorarmos como cidadãos de pleno direito, a dizer-vos que contem connosco para continuarmos essa tarefa. Não importa se possuem mais ou menos meios informáticos, se estão de quarentena ou ao serviço da luta comum para vencer esta pandemia, o que não se fizer hoje, far-se-á amanhã, podem sempre contar diariamente connosco para o que for preciso.

Juntos venceremos esta pandemia, respeitando os conselhos do SNS! ●

TELETUDO

João Cruz

Delegado sindical do SPGL na FBAUL

Os estabelecimentos de ensino superior público portugueses (institutos politécnicos e universidades) suspenderam temporária e excepcionalmente as actividades lectivas. Os encerramentos, em cascata, foram iniciados entre 10 e 16 de Março e são um contributo de grande valor para o afastamento profilático inter-indivíduos que a campanha nacional de mitigação dos efeitos do Covid-19 requer. Não sabemos quando terminarão.

Os reitores, directores e presidentes das escolas exortaram os trabalhadores das suas instituições e unidades orgânicas a executar as suas tarefas em regime de teletrabalho - todos aqueles que desempenhem funções domiciliáveis. Os docentes foram convidados a implementar aulas de substituição emitidas em directo ou diferido através da internet e a partir de sítios longe dos seus locais de trabalho habituais. Apesar do maneirismo que nos impulsiona a chamar àquelas actividades “e-learning”, no concreto o que se faz é uma réplica da velha “tele-escola”, com ferramentas de tele-comunicação modernas (hoje chamadas de “plataformas” ou “sistemas”).

O corpo docente tem sido lesto a

responder positivamente ao convite. Afinal os professores do ensino superior sentem a responsabilidade de transportar o estandarte da vanguarda do conhecimento e do positivismo do tele-mundo. Sentem, antes de mais, que devem contribuir para minimizar os inevitáveis prejuízos que os seus alunos sofrerão pela privação das aulas presenciais. Dão corpo a um movimento altruísta que não deve ser obstaculizado. E não lhes custa muito implementar este tele-regime de supetão porque, afinal, muitos já estavam habituados a levar trabalho para casa.

Esta moderna tele-escola de campanha, excepcional emergente e transitória, serve hoje para paliar, e bem. Mas encerra um potencial de transformação com efeito diferido no tempo e consequências menos positivas. Vale a pena começarmos já a preparar o futuro.

Se as aulas da tele-escola paliativa de 2020 forem, em breve, olhadas como substitutas suficientes das aulas presenciais, teremos alterações de monta nas condições laborais e no papel social do ensino superior. A linha de fronteira daquele “se” é ténue e fácil de mudar de sítio. Será que as aulas da tele-escola são capazes de substituir com qualidade qb as aulas presenciais de todo o tipo, ou apenas as teóricas? Serão as discussões on-line substitutas bastantes para os debates em sala de aula sobre um texto, um procedimento prático ou sobre uma teoria? Conseguiremos ter ‘laboratórios ou oficinas virtuais’ que podem ser manipulados, virtualmente, pelos alunos a partir de um computador em casa e dispensar o exercício prático *in-situ*? Talvez não.

Talvez seja difícil convencer a sociedade de que todas as actividades presenciais no ensino superior podem ser trocadas por horas frente a um computador em casa, por muito apelativos e multimédia que sejam os “conteúdos” colocados à disposição dos alunos. Mas alguns “módulos” ou “aulas” ou “unidades curriculares” ou “minors” talvez possam ser suprimidas para dar lugar a tele-eventos, alguns deles pré-gravados, alguns deles feitos a partir das gravações da tele-escola de 2020. Alguns deles gravados em casa dos professores, dispensando qualquer estúdio ou material fornecido pela entidade patronal. Os tele-eventos, por muito limitados que sejam, permitirão “libertar” recursos (instalações físicas, pessoal, energia, água, maquinaria) nas instituições de ensino superior. Possibilitarão,

por exemplo, transmitir conteúdos para mega-turmas, em qualquer horário, para alunos (corrijo, para pares “username-password”) em qualquer canto do mundo. Não precisaremos de tantas salas de aula, cantinas e WC nas escolas. Alguns edifícios serão dispensáveis. Não precisaremos de tanta mão de obra como até 2020. A avaliação dos alunos também poderá ser feita remotamente com “queries” em “examination surveys”, e o título académico pode ser prontamente atribuído com procedimentos info-automatizados e info-seguros, eventualmente acompanhados de uma cerimónia pública para assinalar com pompa o fim do percurso.

Teremos os alunos mais isolados e com menos horas de socialização, construindo um caminho em direcção ao “Hikomori”, que desvalorizamos porque é japonês e culturalmente distante. O produto social deste individualismo doméstico tecno-facilitado pode ser uma surpresa indesejada. Mas poderemos desenhar uma oferta de ensino a duas velocidades ou de duas classes para afastar estes fantasmas: um ensino superior popular, avançado, acessível, fortemente apoiado na tele-escola, eventualmente apenas para algumas áreas do conhecimento, construído com recursos otimizados para a máxima eficiência, e um outro ensino mais convencional, mais apoiado nas aulas presenciais e necessariamente mais caro, eventualmente reservado a outras áreas do conhecimento e a vias de acesso menos congestionadas.

Também assistiremos à expansão dos episódios de uso não autorizado da imagem pessoal dos docentes e dos conteúdos por si leccionados no ciberespaço. Apesar de todas as garantias de segurança e protecção da privacidade que hoje vêm associadas às “plataformas de e-learning”, é prudente considerar que esta tele-escola será alvo frequente da mais bem sucedida tele-pirataria. É provável que estas preocupações sejam prontamente etiquetadas como vindas de arautos da desgraça, das forças

de bloqueio, dos idosos info-excluídos e dos velhos do Restelo que se opõem ao progresso libertador e inevitável das “práticas inovadoras de gestão e organização do trabalho” e aos “novos ambientes de trabalho”. Dirão ainda que estas preocupações transportam em si o perigo de distrair e desmobilizar os cidadãos em tempos nos quais temos todos de remar na mesma direcção.

Serão, assim, qualquer coisa como uma vil sabotagem do unanimismo de que precisamos nesta hora. Acrescentarão outros que estas preocupações são comezinhos e desprezíveis quando comparadas com os 5 a 25 milhões de novos desempregados que a Organização Internacional do Trabalho prontamente estimou que a pandemia vai produzir (dúvida: quem despede é a pandemia ou são os empregadores?). No fundo, estas censuras são as que chovem diariamente, com ou sem pandemia, sobre os sindicatos ou sobre quem ousa reflectir sobre o trabalho fora das baías da corrente dominante (digo, “mainstream”). Não são novidade.

No ensino básico e secundário a experiência da tele-escola paliativa de 2020 não deverá ter efeitos muito profundos porque estes sectores ainda cumprem a função social de guardaria de crianças e adolescentes. As escolas básicas e secundárias ensinam e guardam os alunos para que os pais possam trabalhar. São necessários muitos trabalhadores e docentes e não-docentes para ocupar, produtivamente, os alunos. O ensino superior não faz guardaria porque os seus alunos são adultos e aqui reside a possibilidade de se poder dispensar uma parte da mão-de-obra docente se forem aceites como suficientemente boas as novas formas de tele-leccionação. No ensino superior a tele-escola abre a brecha onde se podem infiltrar, e medrar, os projectos de aligeiramento e desorganização da Academia com ares de progresso iluminado. Alguns dirigentes dirão que esta é a tele-solução mais adequada para sanear os problemas terrenos que atrofiaram as suas instituições e lhes perturbam o sono.

O estado de excepcionalidade que aceitámos viver para mitigar os efeitos do “inimigo invisível comum” inclui

a suspensão temporária de algumas normas da legislação laboral, nomeadamente as que regulam o recurso ao tele-trabalho. Mas a excepcionalidade não deixa de ser um laboratório onde se realizam experiências e se obtêm resultados. No próximo ano lectivo será grande a tentação de normalizar ou tornar ordinário aquilo que foi emergente e extraordinário em 2020. Quando a tentação é grande, a ética tende a escassear. Preparemos desde já o nosso futuro.●

O autor escreve segundo o anterior Acordo Ortográfico

“Telescola” - uma experiência no século XXI

Graça Dias

Professora na EB 2,3 de Freiria
Dirigente Sindical

Ao fim de duas semanas de “teletrabalho” escrevo sobra a experiência de “telescola”.

Primeiro, foi a maratona da recolha dos emails dos encarregados de educação com vista à criação de um email de turma. Trabalho acrescido para os diretores de turma que, incansavelmente, acederam remotamente aos registos biográficos dos alunos, telefonaram aos pais, solicitaram a uns os endereços electrónicos de outros. Depois, a constatação que nem todos tinham esta ferramenta digital. Procuram-se novas soluções: WhatsApp, Facebook...

O grupo foi criado com os endereços possíveis; os professores do conselho de turma foram informados e começaram a enviar tarefas e atividades. Mas há alunos que nada recebem pois não têm computador nem internet. Começam a chegar as respostas dos alunos: com dúvidas, com pedidos, com confirmação das indicações dadas, com provas dos trabalhos feitos... apenas para dizer “olá, professora. Fique bem!” É evidente o carinho nas mensagens, é evidente que continua a interação professor-aluno e é evidente que se procuram manter as rotinas num tempo de incerteza.●

Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO DIGITAL Nº25 MARÇO 2020

Literacia para os media

“Creio que os tempos em que vivemos apelam, sobretudo, ao conceito de multiliteracia (...) pois tudo liga com tudo e necessitamos de cidadãos que consigam ter uma mundovisão e saibam combinar saberes diversos, saibam problematizar e ver os diversos ângulos de um problema”, diz João Paulo Proença na entrevista que abre este Dossier. “Saber ler sempre tornou os cidadãos mais preparados e menos vulneráveis”, sublinham as coordenadoras do Público na Escola. Estas as ideias de fundo que perpassam os vários textos que compõem o Dossier “Literacia para os Media” e que proporcionam ainda, quer uma perspetiva histórica, nomeadamente em relação à realidade portuguesa, quer o elencar de conceitos, princípios e algumas sugestões concretas de trabalho.■

A biblioteca escolar capacita os jovens para a compreensão crítica da mensagem mediática



Foto: Bibliotecando em Tomar

“Creio que os tempos em que vivemos apelam, sobretudo, ao conceito de multiliteracia que considera as diferentes literacias e especificidades das linguagens que as atravessam, pois tudo liga com tudo e necessitamos de cidadãos que consigam ter uma mundovisão e saibam combinar saberes diversos, saibam problematizar e ver os diversos ângulos de um problema” - diz-nos João Paulo Proença, membro da coordenação do grupo de trabalho das bibliotecas escolares da BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas), numa esclarecedora entrevista, à Escola Informação, sobre o papel das bibliotecas escolares na promoção da literacia mediática.

• **Lígia Calapez e Sofia Vilarigues**
|Jornalistas|

Como podem as bibliotecas escolares contribuir para uma leitura crítica dos media?

Podem e muito, pois é orientação do programa da Rede de Bibliotecas Escolares que estas priorizem o seu trabalho em torno de três eixos: a literacia da leitura, da informação e dos media. De acordo com o referencial: “Aprender com a Biblioteca Escolar”, livro de cabeceira dos que trabalham com as Bibliotecas Escolares e que, aos poucos, está a fazer o seu caminho junto da comunidade educativa, as práticas de literacia dos media visam dotar os alunos de conhecimentos ne-

cessários para o seu uso criativo e informado. O aluno usa os media e espaços sociais de interação e comunicação de forma ética e responsável para produzir, comunicar e participar civicamente. A biblioteca escolar cria condições de acesso e oportunidades de aprendizagem, capacitando os jovens para a compreensão crítica da mensagem mediática, deste modo, de forma autónoma ou, idealmente, em parceria com os professores curriculares ou através das DAC (Domínio de Autonomia Curricular) os alunos trabalham este tipo de literacias, através de propostas de trabalho articuladas entre os professores

bibliotecários e grupo de docentes de um Conselho de Turma, por exemplo e através de múltiplas propostas que o referencial apresenta e que se podem sintetizar da seguinte forma:

1. Atividades que levam à aquisição de conhecimentos sobre os media, como sejam: gramática específica de cada género (telenovelas, informação, publicidade, ...); mecanismos e tecnologias. Usos e impacto social (audiências: quem recebe o ‘texto’ e que tipo de significado lhe atribui? Práticas sociais de consumo e relação com os media, ...). Visitas a: redações de jornal, rádio, televisão, para observar em primeira



Foto: BAD

mão o processo de desenvolvimento de notícias.

2. Reflexão crítica sobre o papel dos media na sociedade: papéis das instituições mediáticas (quem comunica e porquê), de organizações que produzem os textos mediáticos (propriedade, controle, ...), de diferentes profissionais na área dos media (produtor de um documentário, jornalista de rádio, entrevistador, ...). Análise de conteúdos de media, com base em alguns critérios: público a que se destinam, propósito, autoria, características técnicas/ textuais, contexto, ...; etc.

3. Produção e uso dos media: Construção de blogues sobre literacia dos *media* (ex. explorar um determinado tópico, divulgar publicações ou campanhas realizadas por certas organizações nacionais e/ou internacionais, difundir eventos que ocorreram na escola ou na comunidade educativa, ...). Cobertura de uma notícia (elementos da notícia que devem ser incluídos, como e por que relatar determinado facto, de determinada maneira, ...). Etc.

Que projetos concretos para os media, desenvolvidos pela RBE, gostaria de referir e/ou aprofundar?

Talvez os “7 Dias com os Media”, iniciativa do grupo informal sobre Literacia mediática (GILM) do qual a RBE faz parte e que tem tido adesão cada vez maior por parte da sociedade que intui e percebe o valor e utilidade desta “semana” que este ano, decorre entre os dias 3 a 9 de maio e que, apesar dos tempos que correm, continua a ter condições para se realizar na sua vertente em linha. Esta iniciativa foi lançada em 2013 e corresponde a um convite anual a que cidadãos e instituições promovam alguma forma de ação, reflexão e/ou discussão sobre os *media*, o seu papel e efeitos na vida individual e coletiva (cabem nela a reflexão sobre as questões da desinformação, o uso que é feito dos dados sempre que navegamos *online*; a fragmentação em grupos sociais fechados à diferença; a hipervalorização de

uma cultura narcísica e o consequente recuo do espaço público e da cidadania; questões de governação da Internet e de cibersegurança a nível mundial...)

De 3 a 9 de maio de 2020 todos são convidados a participar nesta operação: associações, bibliotecas, clubes, escolas, órgãos de comunicação social, plataformas digitais, universidades... cidadãos de todas as idades e condições – a criar algum evento (conferência, debate, aula aberta, tertúlia, fórum *online*, ...) ou conteúdo (notícia, vídeo, *podcast*, jogo, ...), que tenha como foco os *media*, o seu uso competente, criativo e crítico.

Poderia dar-nos alguma informação sobre o concurso Media@ção?

Sim, claro. O concurso Media@ção surgiu na sequência da iniciativa do Concurso “7 Dias, 7 Dicas sobre os Media”, no qual alunos e professores de todos os níveis de ensino foram convidados a ex-

plorar um conjunto de questões ligadas à Internet e aos novos *media*, tais como a navegação em segurança, os direitos de autor, o uso pedagógico dos *media*, a liberdade e a responsabilidade no mundo virtual. Constatou-se que, ao longo dessas edições, os trabalhos vídeo aumentaram significativamente em detrimento de outros formatos e que, ainda, alguns dos vídeos começaram a apresentar uma elaboração cada vez maior e que adotaram a forma de narrativa.

Deste modo, este ano letivo já estamos na 3.^a edição do concurso Media@ção, à qual podem candidatar-se alunos de ensino básico e secundário de escolas públicas, privadas, profissionais e, ainda, escolas portuguesas ou da rede

de ensino de português no estrangeiro. Conscientes de que alguns dos problemas que se têm acentuado e ganho visibilidade no atual contexto social

e político merecem a atenção e o empenhamento de todos, o tema para este ano é a relação *Media, desinformação e desenvolvimento sustentável*, pretendendo-se que *os trabalhos relacionem o uso dos media e o atual problema da desinformação* com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável n.º 5 (Igualdade de Género), n.º 13 (Ação Climática) ou n.º 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), a saber, que relacionem os media e a desinformação com problemas de igualdade/ violência de género, questões ambientais ou formas várias do designado discurso de ódio.

O termo para envio dos trabalhos é o dia 28 de março de 2020.

E sobre o portal MILD?

O portal MILD é uma das “joias da coroa” do programa RBE e é outra evidência da priorização

dos media como um dos eixos de trabalho das Bibliotecas Escolares.

O MILD (<https://mild.rbe.mec.pt>) - Manual de Instruções para a Literacia Digital - é uma plataforma digital da Rede de Bibliotecas Escolares que pretende ajudar os jovens a usar a Internet e as redes digitais de uma forma mais informada, consciente, crítica e segura.

Apresenta um conjunto de recursos e atividades nos domínios da leitura, dos media e da cidadania digitais, organizados em oito áreas de literacia, que podem ser usados em contexto formal ou informal de aprendizagem, na sala de aula, na biblioteca escolar ou de forma autónoma pelos jovens, a saber: ler e escrever na



Foto: MILD

rede, com que eficácia o fazes?; literatura digital, conheces estas práticas literárias? ; saber fazer na rede, tiras partido das tecnologias?; leitura dos media, confias nos media?; redes sociais, a tua participação é crítica?; imagem e cultura visual, sabes ler e comunicar com imagens?; ser cidadão digital, o que é para ti a cidadania digital?; ética e responsabilidade, fazes escolhas responsáveis?

Que novos conceitos de literacia(s) surgiram num mundo em que imperam formas de comunicação digital e interativa?

Creio que os tempos em que vivemos apelam, sobretudo, ao conceito de multiliteracia que considera as diferentes literacias e especificidades das linguagens que as atravessam, pois tudo liga

com tudo e necessitamos de cidadãos que consigam ter uma mundovisão e saibam combinar saberes diversos, saibam problematizar e ver os diversos ângulos de um problema. A especialização numa determinada área, deixou outra vez de ter sentido, pois a Internet poderá dar as respostas específicas. A evolução social e tecnológica da sociedade do século XXI apela deste modo à necessidade de preparar os jovens para uma vida em constante e rápida mudança e sobretudo, adaptados a uma sociedade das multiliteracias, habilitados para a ação quer autónoma quer em colaboração com os outros, num mundo global e que se quer sustentável. De qualquer forma o saber pensar, saber interrogar,

ter espírito crítico são a melhor ferramenta para lidar com estas formas de comunicação digital e interativa. Tudo o que reluz é verdadeiramente ouro?

Nesta perspetiva, como criar situações concretas de aprendizagem?

Mais uma vez e nos tempos em que vivemos, cremos que a verdadeira aprendizagem se faz em contexto e numa lógica de resolução de problemas em que os diversos saberes devem estar presentes, através dos diversos professores de um conselho de turma em articulação com o professor bibliotecário.

Os alunos procuram resposta para um problema curricular e transversal, como por exemplo: “o que é o corona vírus?”, “como viveremos na terra daqui a 50 anos? “o aquecimento global

existe mesmo?”. Ou ainda questões/cenários relacionados com a cidadania: “vacinação: sim ou não?”, “Os refugiados, e se fosse eu?”. Para abordar estas temáticas é necessário pôr em jogo um conjunto de saberes disciplinares, competências: comunicação, raciocínio e resolução de problemas, pensamento crítico e criativo, relacionamento interpessoal, ...e usar todo um conjunto de literacias: dos media, da informação e da leitura.

Um bom exemplo de como as Bibliotecas Escolares promovem este tipo de “diálogos” encontra-se presente no portal “cidadania e biblioteca escolar, pensar e intervir” acessível em: <https://www.cidadania-rbe.pt/>. Estruturando-se em duas áreas, dinâmicas educativas - que se organizam nos domínios dos testemunhos (T), discussões (D) e ativismo sociopolítico (A) - e clips, ações do quotidiano, este sítio oferece aos educadores oportunidades de, nos planos não formal e informal de aprendizagem, poderem contribuir, junto das crianças e jovens, para a tomada de consciência, reflexão, valoração, deliberação e intervenção, possibilitando que, sozinhos e em conjunto, se descubram cidadãos que, de pleno direito, se posicionam e transformam o mundo. Este sítio integra ainda notas das escolas, cujas propostas poderão valorizar as dinâmicas educativas sugeridas para que, uns com os outros, todos juntos, possam partilhar ideias, pensar e intervir.

Que interação entre a leitura online e a formação de leitores?

Seja online ou em qualquer outro suporte, ler é e será sempre compreender, obter informação, aceder ao significado de um texto. O suporte pode ser mais ou menos atrativo para cada leitor, mas o resultado será sempre o mesmo: compreendi o que li? Obtive a informação que desejava? Deste modo, cabe à escola, à biblioteca escolar, ao mediador, propor ao aluno estratégias de leitura ade-



Foto: RBE

quadas ao objetivo concreto, tendo sempre presente que só se virá a ser um leitor competente se ler muito. Trata-se do famoso efeito Mateus que a quem tem muito, muito se dá. A RBE não tem nenhuma objeção à leitura online, até a promove, está é consciente de que, independentemente do suporte, importa ler muito e formar leitores. Deste modo, importa que o leitor – independentemente do formato (impresso ou digital) e do suporte (livro, livro digital, jornal, revista, tablet, ereader, computador, smartphone) em que realiza as suas leituras – se aproprie do que lê e operacionalize



Foto: MILD

transformações a nível pessoal e social, que poderão fazer dele um cidadão pleno, informado, consciente e participativo.

De que modo a literacia para os media contribui para a cidadania?

Creio que já fomos respondendo a esta questão ao longo desta entrevista. Numa sociedade em que os interesses políticos e económicos andam coligados e “vale tudo” para assumir posições dominantes (cargos, eleições, ...) e superabunda a desinformação

(eleições norte americanas, manipulação de outros eleitorados, o corona vírus com tantas notícias falsas, etc.), importa que cada um vá aprendendo a decifrar os media e os seus alinhamentos com os interesses económicos ou políticos (basta ver os diferentes alinhamentos dos telejornais ou as diferentes primeiras páginas de jornais). Quando eu for capaz de saber ler para além dos títulos e do que me querem fazer “vender” ou pensar ter-me-ei transformado num verdadeiro cidadão cumprindo o desiderato de Piaget que dizia que o objetivo da Educação é fazer falhar a educação dos

O PÚBLICO na Escola está de volta. O quê? Quem? Onde? Quando? E, já agora, como e porquê?



ADRIANO MIRANDA

Foto: PÚBLICO

O mundo mudou muito. A pertinência deste projeto de literacia mediática, retomado pelo jornal PÚBLICO em 2019, manteve-se. Saber ler sempre tornou os cidadãos mais preparados e menos vulneráveis.

• **Bárbara Simões e Luísa Gonçalves**

Coordenadoras do Público na Escola

Há um exercício que costumamos fazer, quando damos a conhecer o PÚBLICO na Escola a grupos de alunos — seja indo a estabelecimentos de ensino, seja recebendo-os em visitas à redação. Primeiro, pedimos que um deles

assuma o papel de jornalista. Depois, fazemos de conta que alguém acaba de aparecer com uma informação que interessa a todo o grupo, e cujo impacto é imediato, e perguntamos o que fariam com ela. Não é difícil adivinhar um verbo que começa a ecoar: partilhar. Depressa, de preferência para muita gente. E o jornalista, o que é que ele vai

fazer? Pega na mesma informação que todos receberam, escreve uma “notícia” e publica-a? Não, não pode. Porquê? Lá está: porque é jornalista.

Nesta parte da conversa, entram em cena outros verbos, outros cuidados e perguntas, muitas perguntas. O aluno-jornalista tem de parar e pensar um pouco. Será que aquilo é verdade? De

onde veio, qual é a fonte? Quem poderá confirmar (ou desmentir, se for caso disso) a informação? Que elementos lhe faltam para estar em condições de redigir uma notícia? E se for tudo mentira? Que estragos causará e quem prejudicará? Por aí fora...

O que se pretende, aqui, é que os alunos sintam como é importante haver um jornalista naquela sala (e no mundo) e as implicações da sua presença e do seu trabalho. Escolhemos este exemplo, para este texto, porque encerra várias das linhas que norteiam o PÚBLICO na Escola, um projeto de literacia mediática que nasceu e cresceu, durante mais de 20 anos, com o jornal PÚBLICO e que a direção editorial fez questão de retomar, no ano letivo de 2019-20, em parceria com o Ministério da Educação e com o apoio da EDULOG, iniciativa da Fundação Belmiro de Azevedo cujo objetivo é contribuir para a construção de um sistema de educação de referência. Utilizar os media nas atividades letivas e familiarizar os alunos com a prática jornalística, munindo-os de ferramentas que lhes permitam saber distinguir a informação credível da desinformação, a notícia da opinião, o jornalismo da propaganda, para que isso os ajude a ser cidadãos esclarecidos, críticos e intervenientes — muito do que fazemos passa por aqui. Para trilhar este caminho contamos com conteúdos do próprio PÚBLICO, que utilizamos, por exemplo, como ponto de partida para propostas de atividades para os professores desenvolverem com os alunos.

Combater a desinformação

A praga da desinformação não se combate apenas no ponto de chegada, no momento do “fact-checking”, há muito trabalho a



Foto: PÚBLICO

desenvolver no ponto de partida. Um jovem habituado a ler e de preferência a redigir notícias que cumpram as regras do jornalismo está mais apto a identificar informações postas a circular sem terem passado pelos mesmos crivos de rigor e exigência. Daí também a relevância dos jornais escolares, desde sempre mercedores de um papel central no universo do PÚBLICO na Escola. Para além do regresso do concurso nacional de publicações, o projeto contempla agora ações de formação de professores, workshops sobre como se faz um jornal.

Desta vez, a porta de entrada do projeto é um site (<https://www.publico.pt/publico-na-escola>). Numa primeira fase, as atividades e os conteúdos destinam-se preferencialmente aos estudan-

tes do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, “num momento em que a formação de novas gerações de leitores se assume como decisiva para a construção de sociedades esclarecidas”, como referido no texto de apresentação do PÚBLICO na Escola, disponível no site.

Dizemos muitas vezes que saber ler sempre foi fundamental para tornar os cidadãos mais preparados e menos indefesos. Num certo sentido, o que acontece hoje não é muito diferente. Aqueles mais apetrechados para saber ler o mundo que os rodeia são os que estão mais aptos a viver em e a exigir democracia. Dar-lhes ferramentas e capacitá-los é o papel da literacia mediática e, portanto, também do PÚBLICO na Escola. ■



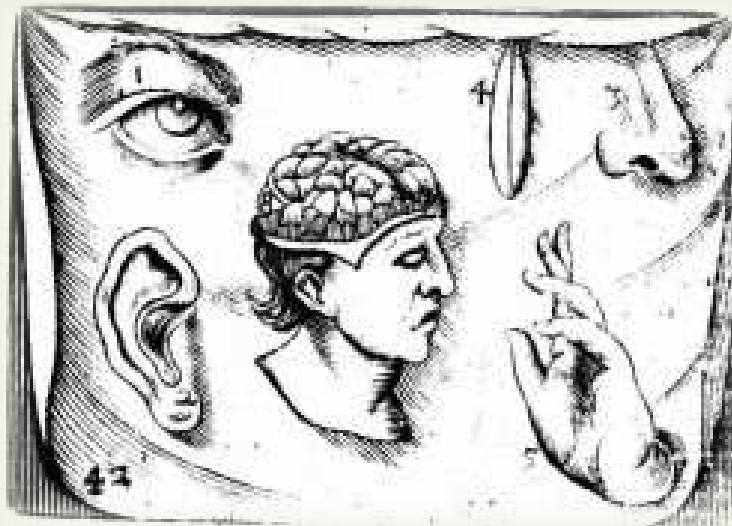
Camioneta transportando alunos para venda do “Nova Mãe”, publicada no livro dos 50 anos da Secundária Dr. José Afonso DII

Foto: PÚBLICO

Literacia para os *media*

Breve perspectiva histórica

Há 360 anos, foi publicado na cidade de Nuremberga o livro intitulado *Orbis Sensualium Pictus* (que se pode traduzir por *O Mundo Visível em Imagens*). Foi seu autor Amos Comenius que, além de um reformador do ensino, foi dos primeiros a sublinhar a importância da imagem na educação e no conhecimento. O sucesso do seu livro, na modernidade, sublinha uma ideia e um propósito de Comenius: mostrar que a imagem não pode ser tomada como mera ilustração do texto escrito, mas que tem um valor educativo e cultural por si mesma, enquanto linguagem específica.



É, porém, com o desenvolvimento dos chamados meios de difusão colectiva (ou mass media) e do seu impacto na sociedade em especial com o cinema e a rádio, primeiro, e a televisão depois, que começa a emergir a consciência de que a educação não pode deixar de lado a nova cultura associada aos media. Assim, em 1922, ainda o cinema era 'mudo' e já se organizava em França a primeira conferência nacional sobre cinema educativo e, na década seguinte, se criavam os primeiros cineclubes para jovens, visando fomentar a discussão de filmes e desenvolver o sentido crítico, o gosto artístico e a capacidade criativa. Em Inglaterra desenvolveu-se na primeira metade do século XX um movimento de screen education também preocupado com a estética dos filmes e com a promoção do bom gosto e da capacidade de distinguir a qualidade da falta dela.

Já na segunda metade do século começa em vários países – Estados Unidos e França, entre outros – uma atenção crescente à actualidade, centrada primariamente na utilização dos jornais e revistas nas aulas, quer como recurso pedagógico quer como tema de estudo. A raiz vinha já dos anos 20,

com Celestin Freinet, que criou a imprensa escolar e incentivou a produção de jornais escolares para incentivar a comunicação quer na comunidade escolar quer entre escolas de diferentes regiões.

Um marco, neste processo, é a chamada **Declaração de Grünwald** sobre a Educação para os Media, de 1982, que resultou de um encontro de especialistas de diferentes países, sob os auspícios da Unesco. Ela incorpora as transformações do campo comunicacional e mediático, nomeadamente o impacto cultural dos meios audiovisuais e sua função instrumental na promoção da participação ativa dos cidadãos na sociedade. Ao mesmo tempo, desenha um caminho de abordagens que vai constituir um ponto de referência para as décadas seguintes.

As tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente a informática (nos anos 70 e 80) e a Internet (a partir de meados dos anos 90), e os meios portáteis a esta associados, como o computador portátil e o telefone inteligente, vieram facilitar significativamente o acesso à informação e as práticas comunicativas. Mas trouxeram consigo igualmente novos desafios, do ponto de vista da

formação dos cidadãos: a aprendizagem de novas linguagens; a consciência de novos riscos de exclusão; as ameaças à privacidade e à segurança individual e colectiva; o grau de desinformação e manipulação; as oportunidades de expressão das pessoas e comunidades, entre outros.

Está por fazer a história da educação para os media, quer em cada país, quer à escala global. Mas há alguns conclusões que se podem tirar do percurso feito: a) a educação para os media e para a informação é hoje uma trave mestra da educação para a cidadania; b) porque radianando em diferentes contextos, formula-se e concretiza-se de modos diversos e com diferentes nomenclaturas; c) não pode prescindir do digital, mas continua a fazer pontes com o analógico; d) deve começar o mais cedo possível, em casa e na escola e desenvolver-se ao longo da vida; e) carece da formação de educadores e professores especializados nesta área; e f) terá eficácia se integrar, de forma articulada, as políticas públicas nos âmbitos educativo comunicacional e cultural. ■

<http://milobs.pt/literacia-para-os-media/breve-perspetiva-historia/>



Conceitos e metodologias

Quem se interessa pelos cruzamentos entre a comunicação, a educação e os media, trabalhados por professores, investigadores ou decisores políticos, irá encontrar uma pluralidade de designações: educação para os media, literacia mediática, educomunicação, literacia digital, pedagogia da comunicação e/ou dos media, literacia da informação e dos media, etc.

Com frequência tais designações precisam de ser culturalmente contextualizadas, porque decorrem de percursos e tradições em que foram enfatizados, em dados momentos, ora os media ora a comunicação; ora os processos formativos ora os seus resultados; ora as tecnologias, ora os conteúdos e efeitos mediáticos, entre outros aspetos.

De um modo genérico, pode dizer-se que a educação para os media pode incluir o – mas não se reduz ao – uso dos media ou das tecnologias na educação. É,

acima de tudo, a aquisição de conhecimentos e competências para aceder, analisar criticamente os diferentes media e comunicar de forma pertinente e criativa, tirando partido deles. De forma mais simples, envolve ler os media e o modo como eles operam (e são operados) na sociedade e, por outro lado, usar os media, comunicando através deles.

Não se trata apenas de adquirir conhecimentos; trata-se também de tomar consciência das motivações das transacções emocionais e afectivas; de se posicionar e adotar comportamentos conscientes e críticos.

A análise das práticas mediáticas; dos conteúdos e das tecnologias; dos interesses e estratégias que se movimentam a montante dos ecrãs é um dos caminhos a seguir para adquirir competências de literacia mediática. É igualmente relevante, para compreender o que se passa no mundo, o acompanhamento da actualidade, dos procedimentos e opções adotados pelos jornalistas, nomeadamente quanto às fontes, à verificação

dos factos e à hierarquização e alinhamento das notícias. Nestas matérias, o trabalho comparativo é habitualmente de grande ajuda. Refira-se ainda que o desenvolvimento da educação para os media pode ser feito, no contexto escolar, seja através de disciplinas específicas, seja através de matérias transversais às disciplinas e áreas disciplinares, quer também em atividades de complemento ou enriquecimento curricular. No estudo das línguas e das linguagens, nas ciências sociais e humanas, nas artes e tecnologias, na filosofia e na história, é possível aproveitar unidades e tópicos dos programas para inscrever os media e as culturas mediáticas.

Há, assim, um leque diversificado de vias, métodos e estratégias para capacitar as pessoas e assim ajudá-las a alfabetizar-se relativamente aos media e à informação. ■

<http://milobs.pt/literacia-para-os-media/conceitos-e-metodologias/>



Educação para os Media em Portugal

A literacia para os media – “hoje reconhecida como uma componente inalienável da cidadania” – já fez algum percurso em Portugal. O estudo elaborado pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (2011), de que aqui reproduzimos breves extratos, dá nota desse percurso e procede a um significativo levantamento de “projectos, iniciativas, actividades e experiências desenvolvidos nos últimos anos, identificando temáticas e actores”.

Uma leitura que pode ser muito útil.

• **Lígia Calapez**

|Jornalista|

Os media, a sociedade e os cidadãos

. «Pode dizer-se que a cada tecnologia nova de informação e comunicação correspondeu, historicamente, uma polarização de reacções e atitudes que se inscrevem num continuum que vai do Paraíso ao Apocalipse. Já com a invenção da escrita, que a ninguém dos nossos dias ocorreria associar a algum tipo de proble-

ma, Platão faz notar que embora trazendo à humanidade uma forma prática de registo, provocava, ao mesmo tempo, “o esquecimento nas almas dos aprendizes, já que eles, sabendo escrever, deixar(iam) de exercitar a memória”». (p. 51)

. «As abordagens da investigação científica a este ecossistema em permanente mudança oscilam, também elas, entre o postulado do poder incontornável dos media na moldagem dos comportamentos e dos espíritos dos grupos

e dos indivíduos e a crença na capacidade de auto-defesa e no espírito crítico das pessoas e dos grupos». (p. 51)

Mudanças no ecossistema mediático e nas políticas públicas

. «É possível evidenciar a coexistência ou diálogo entre diferentes modos de entender a Educação

para os Media, subjacentes a estes processos de definição de uma política da União Europeia neste campo. Vale a pena acompanhar, de forma sumária, o modo como um especialista desta área, David Buckingham, traça a trajectória das filosofias inspiradoras das acções e discursos em torno da Educação para os Media. Para este investigador da Universidade de Londres, as preocupações iniciais orientaram-se no sentido de proteger os públicos infantis, em ordem a armá-los contra os possíveis malefícios e perigos dos media. Progressivamente foi-se adoptando uma perspectiva mais assente na capacitação (*empowerment*) e na formação que permita “compreender e participar activamente na cultura mediática” que envolve os mais novos. Ou seja, de uma perspectiva proteccionista foi-se transitando para uma abordagem orientada para a preparação e a capacitação». (p. 54)

Regulação e Educação para os Media

«Vai-se consolidando a ideia de que, na nova realidade comunicacional e mediática, já não basta apostar apenas na lei e na chamada hetero-regulação. O envolvimento dos diversos parceiros, a produção de conhecimento relevante sobre a o panorama dos media, a qualificação das velhas e novas ‘audiências’, o trabalho de intermediação e de “mise en valeur” daquilo que se vai fazendo são novas áreas que complementam a função tradicional e constituem, por outro lado, um terreno que pode alavancar a Educação para os Media. Como escrevia, já há uns anos, Cees Hamelink, “tal como o desempenho dos media profissionais, o consumo dos media deveria ser visto como uma prática social que implica escolhas morais e a assunção de responsabilidades por essas escolhas” (Hamelink, 2000). Ora isso não nasce de geração espontânea. Precisa de ser cultivado e desenvolvido». (p. 61)

Portugal Especificidades do caso português

. «Uma das marcas mais profundas do Portugal contemporâneo resultou certamente do regime ditatorial e retrógrado que governou o país durante quase metade de todo o século XX. Assente num modelo de condução dos destinos públicos que combinava em doses mais ou menos equilibradas o autoritarismo e o paternalismo, o regime edificado por Oliveira Salazar caracterizou-se também por uma mitificação da história da nação e do destino português». (p. 67)

Antecedentes e “filiações” da Educação para os Media

. «“Mr Jourdain”, actor gentil-homem da comédia de Molière, descobriu um dia, com espanto, que ao longo de toda a sua vida tinha andado a fazer prosa sem o saber. Assim também poderíamos dizer que, ao longo de décadas, diversos movimentos e iniciativas se poderiam inscrever na corrente da Educação para os Media, sem que os seus promotores de tal suspeitassem». (p. 69).

Reportando-se a esses movimentos e iniciativas, o estudo destaca, designadamente, a **imprensa escolar** e o **cinema e educação**.

Explora ainda outras abordagens, de que aqui nos cingimos a breves tópicos:

. «Podemos detectar igualmente uma importante linha de trabalho naquilo que

foi sendo designado, a partir dos anos 60 do século passado, como Meios Audiovisuais na Educação, Tecnologia Educativa, Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação e Comunicação Educacional (**Multi-média**)». (p. 63)

. «Uma outra linha a explorar diz respeito à **actualidade jornalística** e à interrogação sobre o modo como os media contribuem ou não para ajudar a conferir sentido ao mundo e à vida. O desenvolvimento de um pensamento crítico, que é apanágio da Educação para os Media, não pode prescindir da indagação sobre a informação de actualidade e sobre as transformações que o jornalismo foi conhecendo». (p.73)

. «Sem pretensão de qualquer tipo de exaustividade, merece referência uma campanha nacional lançada de 24 de Novembro a 15 de Dezembro de 1986 pelo então Conselho de Imprensa e coordenada pelo Prof. Viriato Soromenho Marques, com o apoio do Ministério da Educação e de diversas outras entidades, nomeadamente mediáticas, que se intitulava “**Ler jornais é saber mais**”. Dirigia-se aos alunos do ensino secundário e tinha por ob-



jectivo sensibilizar as gerações mais novas para o papel e valor da imprensa. Temos também referência do **projecto CIMA** (Compreender e Intervir no Mundo Actual), com sede na Escola Superior de Educação de Setúbal e coordenado por uma equipa de docentes desta instituição. Esteve activo nos anos finais da década de 80 e dinamizou, com o apoio da UNESCO, iniciativas que visavam a integração de novos conteúdos nos currículos de formação de professores, de modo a promover a compreensão do mundo actual e a solidariedade internacional». (p. 73)

. «Na mesma altura (mais rigoro-

feita do exterior, para também no terreno da Educação para os Media o diário em gestação surgir com propostas inovadoras». (p. 74)

Iniciativas do poder político

. «(...) algo da filosofia e formas possíveis de concretização da Educação para os Media pôde realizar-se no quadro do projecto pedagógico “**Escola Cultural**”. (...) A “Escola Cultural” propugnava um modelo de educação pluridimensional, enriquecido por projectos de escola em que

facto, nesse período, que cobriu, grosso modo, a segunda metade dos anos 90 e o início da década seguinte, que se criou uma **rede nacional de escolas com actividades de Educação para os Media**; que se incentivou o surgimento de projectos, nomeadamente no âmbito do concurso “**Inovar educando, educar inovando**” em que projectos sobre os media estavam expressamente contemplados; celebração da **Semana dos media na escola**; publicação de uma **coleção de livros**; etc. Tudo isto se perdeu com a extinção do IIE, em 2002». (p. 75)

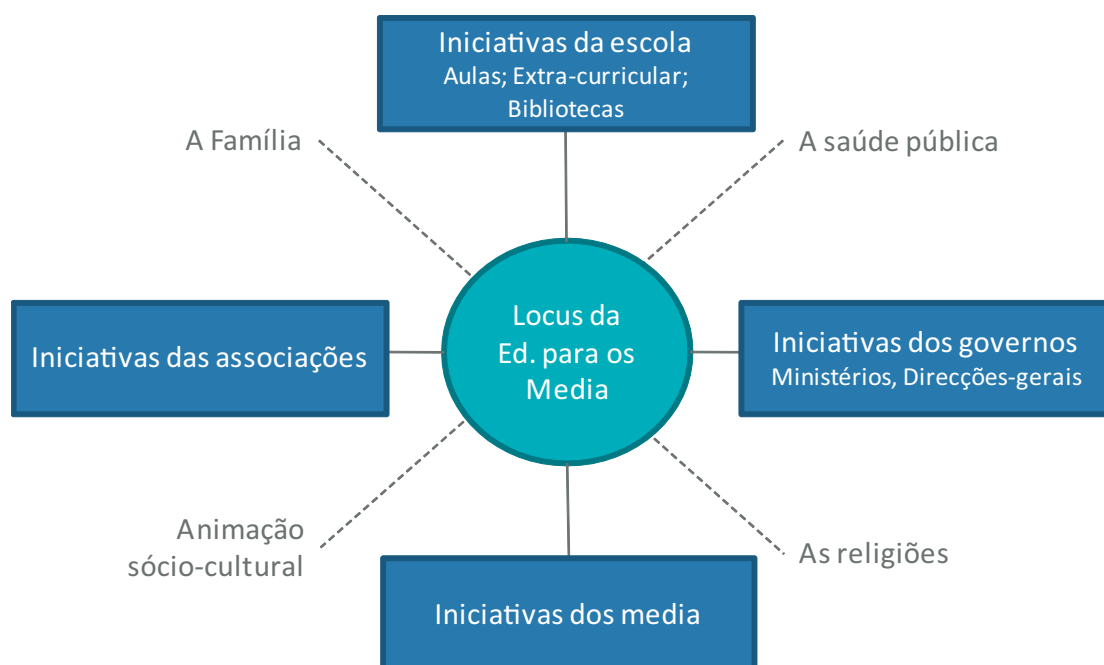


Figura 2 – Os lugares da Educação para os Media.

samente em 1989), nascia, com o novo e inovador jornal diário Público, o Projecto ‘**Público na Escola**’. Os ecos da campanha do Conselho de Imprensa, de 1985, que não tinham produzido resultados aparentes, assim como os debates sobre a necessidade de introduzir a Educação para os Media no currículo escolar, no âmbito da reforma do sistema educativo que se desenhou entre 1986 e 1988, levaram a Direcção do novo projecto jornalístico a acolher uma proposta que lhe foi

a dimensão curricular/lectiva e de actividades participativas de clubes da mais diversa natureza se conjugavam, para enriquecer a oferta e processo formativos das crianças e jovens». (pp. 74,75)

. «(...) apesar da mudança de orientação no Instituto de Inovação Educacional, a liderança da Dra. Maria Emília Brederode Santos, que tinha sido a Directora pedagógica do programa Rua Sésamo, da RTP, tomou a Educação para os Media como uma das suas vertentes de acção. E foi, de

Actores e Contextos

No capítulo referente a **Actores e Contextos**, o estudo refere: *Associações; Bibliotecas; Empresas; Ensino Superior; Escolas/Agrupamentos dos ensinos Básico e Secundário; Governo; Instituições Públicas; Media; Organizações Internacionais; Provedores; Outros.*

Aqui limitamo-nos a referir as Bibliotecas Escolares e as Escolas/agrupamentos dos ensinos

Básico e Secundário.

Bibliotecas (Escolares)

. «(...) a Rede de Bibliotecas Escolares tem sido desenvolvida de forma bastante activa, chegando em 2008 a abranger a totalidade de alunos dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico». (p. 78)

. «O objectivo principal da rede é criar uma biblioteca em cada escola do país, baseando-se em princípios que procuram adaptar o ensino e a escola à “emergência da designada ‘sociedade da informação’”, indica o sítio da estrutura. “A resposta da escola a estes desafios passa pelo inevitável desenvolvimento de processos de mudança a nível individual e organizacional, através de uma estratégia de construção de novos modos de participação e relação entre os actores educativos e da afirmação de novas práticas pedagógicas na escola. A literacia constitui, a este propósito, o conceito mais inclusivo para expressar o papel transversal que as bibliotecas escolares actualmente exercem na aprendizagem e no currículo”, segundo o documento fundador da rede». (pp. 78, 79)

Escolas/agrupamentos dos ensinos Básico e Secundário

. «Não é tarefa fácil ter uma percepção do trabalho efectivamente desenvolvido pelas escolas nesta área. Muitas vezes são apenas iniciativas isoladas de um agrupamento, ou de uma escola, ou simplesmente ficaram circunscritas a uma sala, à leccionação de uma disciplina ou à iniciativa de um conjunto de alunos.

«Um exemplo é o dos clubes escolares, centrados nas mais diversas áreas (ambiente, desporto, línguas...), incluindo naturalmente os de comunicação (jornais escolares, cinema, vídeo, etc). Já tiveram melhores dias, mas muitas escolas persistem em os apoiar e incentivar». (p. 82)

. «Sobretudo a partir de 2005, a chegada de grandes quantidades de tecnologia às escolas, nomeadamente através do Plano Tecnológico da Educação, donde se destaca a iniciativa e-Escolinhas,

que trouxe para toda a comunidade educativa computadores portáteis, como o Magalhães e outros, os quadros interactivos e a Internet. Estas políticas introduziram alterações relevantes na dinâmica das escolas, que têm levado alguns analistas (cf. capítulo 8) a chamar a atenção para o desequilíbrio existente entre a ênfase no acesso e uso (seguro) das tecnologias e as competências para as analisar criticamente, bem como aos conteúdos que elas permitem criar ou utilizar». (p. 83)

Lugares da Educação para os Media

. «Como leitura crítica e colocando a tónica nos lugares (loci) onde se localiza o desenvolvimento da Educação para os Media, podemos ver, através do esquema seguinte, quais os vários espaços desta área no contexto português. Verifica-se que os contextos onde as iniciativas se desenvolvem são essencialmente as escolas, os governos, os media e as associações. Ainda pouco visível, mas com categoria de áreas emergentes, as áreas da saúde pública, das religiões, da animação sócio-cultural e da família serão campos a (re)explorar e onde esta área poderá encontrar uma um animador progresso». (p. 89)

Conclusões Gerais

. «A Educação para os Media não é uma área propriamente nova, como se pode constatar pela leitura da primeira parte deste estudo. Os primeiros documentos que trazem para o espaço público a necessidade de formar os públicos dos media, em particular os mais novos, datam dos anos setenta, período em que a televisão tinha um lugar hegemónico na sociedade. O que se verifica hoje, na sequência e como consequência das mudanças no ecossistema mediático trazidas sobretudo pelos meios digitais, é que esta área de formação ganha novo

destaque e nova importância, assumindo-se como um vector em afirmação.

«Em Portugal, a Educação para os Media tem sofrido recuos e avanços sucessivos, caracterizando-se mais pelo impasse do que pelo seu incremento. A falta de uma sistematização das diversas iniciativas neste âmbito, dos actores e dos respectivos objectivos, também não tem permitido capitalizar e potenciar a experiência adquirida». (p. 147)

. «Nas últimas décadas, o desenvolvimento das tecnologias e dos media digitais, em particular da internet, alargou e complexificou o leque dos desafios que enfrentam não apenas as crianças e os jovens mas, de forma mais geral, o conjunto dos cidadãos. A sociedade da informação e do conhecimento supõe o desenvolvimento de competências e de capacidades relativamente aos media ditos tradicionais e aos chamados novos media, isto é, às novas plataformas e dispositivos através das quais se procura, gere, avalia e produz informação e se constroem novas formas de sociabilidade e de entretenimento. A convergência de meios, a combinação de diferentes linguagens e o surgimento de novas, vieram adensar a necessidade de formar (alfabetizar, no dizer de alguns autores) os cidadãos para saberem navegar no ecossistema mediático e comunicacional.

«A ideia da literacia, ou de cidadãos literados em relação aos media, foi-se consolidando nos últimos anos como uma necessidade e um requisito para a vida social e económica, uma dimensão fundamental para o desenvolvimento cultural e uma exigência para a cidadania activa. São estes também os desafios colocados pelas políticas europeias nesta matéria que têm vindo a enfatizar o caminho da Educação para os Media para se atingir tais níveis de literacia mediática». (p. 148)

<http://www.cecs.uminho.pt/publicacao/educacao-para-os-media-em-portugal-experiencias-actores-e-contextos/> ■

“Literacia para os Média e Cidadania Global: Caixa de Ferramentas”

• Sofia Vilarigues

Jornalista

“Os Meios de Comunicação têm um lugar central na vida dos jovens, através da televisão, internet, rádio e redes sociais. A informação está cada vez mais disponível em tempo real e em meios como os *tablets* ou *smartphones*, o que aumenta o tempo de exposição dos mais jovens. Desta forma, torna-se claro que as suas visões do mundo estão bastante ligadas com a informação que os mesmos recebem todos os dias e em qualquer lugar. No entanto, torna-se também claro que os jovens – mas também os adultos – não estão preparados para analisar criticamente toda esta quantidade de informação recebida, adotando muitas vezes uma postura passiva. Isto leva a que as visões e representações do mundo, bem como as ações, se caracterizem muitas vezes por serem o reflexo do imediatismo mediático, em vez de uma perspetiva e cidadania crítica dos eventos que nos rodeiam”.



Esta introdução de uma problemática atual pode ler-se nas primeiras páginas de “Literacia para os Média e Cidadania Global: Caixa de Ferramentas” por Sandra Oliveira e Rita Caetano (disponível em https://www.cidac.pt/files/2114/8597/6548/20170117_LMedia_cor_150dpi.pdf). Um

livro – editado em janeiro de 2017 - publicado no âmbito do projeto *Acima da Média! Descodificação dos Média ao Serviço da Cidadania Global*, promovido pelo CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral em par-

ceria com a Par – Respostas Sociais e financiado pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua IP.

Para alterar esta realidade, o projeto *Acima da Média! Descodificação dos Média ao Serviço da Cidadania Global* surgiu com o objetivo de “dotar os jovens de capacidades para a descodi-

ficação dos Média na sua relação com o desenvolvimento de modo a contribuir para um melhor exercício da cidadania global.”

Três ideias norteiam esta caixa de ferramentas: “alimentar uma abordagem crítica, facilitar a impertinência como condição de cidadania e provocar o conhecimento através do papel de um ‘facilitador’”.

O livro é desenvolvido em 10 módulos: [1] *Os média no meio de nós*; [2] *Literacia para os média: descodificar para quê?*; [3] *Produção dos média – como funciona?*; [4] *O meio é a mensagem?*; [5] *Liberdades e limites dos média – as questões éticas*; [6] *Descodificar: algoritmo humano*; [7] *Descodificar: ferramentas digitais*; [8] *Alternativas – para uma comunicação transformadora*; [9] *Ativismo do quotidiano*; [10] *Ponto de partida*.

Estes módulos exploram diversas vertentes de literacia para os media, com ideias sobre cada assunto para pensar e discutir, atividades e recursos. Por exemplo apontam-se “ideias para descodificar”, no módulo 6, referindo-se aspetos como a importância do autor da notícia/imagem/vídeo ou das fontes de informação. No módulo 8, explora-se como “surtem novos atores, com novos papéis: organizações não lucrativas, comunidades *online*, grupos locais, o cidadão...”. Com casos concretos. Como as rádios comunitárias na Guiné-Bissau ou o Bristol Cable, um media cooperativo local de Inglaterra (<https://thebristolcable.org/>). Ou, ainda, novas fontes como o Wikileaks.

Um livro a explorar e pôr em prática! ■

Uma atividade: Criar espanto

Dinâmica inicial 2

Criar espanto

Objetivo	Criar espanto através dos média como forma de questionar o poder dos média.
Público-Alvo	Jovens e adultos – Máx. 30 participantes
Tempo necessário	5 minutos
Recursos	Criar página de jornal e/ou página de internet com conteúdo falso e sensacional como um ataque de marcianos – exemplo em https://newseumed.org/artifact/orson-welless-mars-attack-scares-nation-prompts-inquiry/

Descrição da atividade

Este jogo requer a preparação antecipada dos materiais com notícias falsas: podem ser materiais em papel ou páginas fictícias *online*.

O facilitador deve começar a sessão chamando a atenção para a notícia, exibindo-a e perguntando se já ‘alguém viu a notícia de hoje?’

Dar alguns segundos para captar alguma reação nos participantes e desmontar a notícia, explicando que se fosse como nos anos 50, antes da televisão ou da internet e em que todas as pessoas escutavam rádio todas as noites, era mais fácil obter reações de pânico como as causadas pela encenação da peça radiofónica ‘A Guerra dos Mundos’, por Orson Welles. Contar a história daquela noite (ver recurso) e promover um rápido debate sobre esta história e o impacto que os média têm na nossa vida.

Inspiração

Atividade sobre o impacto da peça radiofónica ‘A Guerra dos Mundos’, encenada por Orson Welles, <https://newseumed.org/artifact/orson-welless-mars-attack-scares-nation-prompts-inquiry/>



Dez grandes princípios da Educação para os *Media*

Em termos gerais, a Educação para os *Media* pretende levar os alunos a compreender que:

1. À semelhança do curso da História, as pessoas e as sociedades vivem da qualidade da relação que entre elas se estabelece. E essa relação vive, por sua vez, da qualidade da comunicação (no sentido de intercâmbio, de escuta, de empatia, de troca de mensagens e de gestos) e da qualidade da informação (dados trabalhados, que se trocam e transmitem);

2. As tecnologias e processos de informação e comunicação que ao longo da história humana foram desenvolvidos, ao mesmo tempo que moldaram as sociedades, foram também por elas construídos e apropriados e dotados de significado, respondendo a necessidades e anseios e gerando novos dinamismos e oportunidades;

3. A Internet e, em particular, a web, nas suas várias evoluções, se apresenta não apenas como um novo medium, mas também como um ambiente propiciador de diferentes formas e níveis de comunicação e informação, desde a comunicação intra e interpessoal e grupal, até à comunicação organizacional e de massas. A tecnologia digital cria a possibilidade da interação, circulação intertextual, combinação de diferentes media, criação e valorização da memória, entre outros aspetos;

4. Aquilo que os media produzem e disponibilizam aos seus públicos reflete, em alguma medida, a realidade social, mas é, sempre, sobretudo e necessariamente, uma interpretação dessa realidade. A interpretação não é forçosamente manipulação, mas uma forma de ver e de enunciar, ainda que pau-

tada por critérios de rigor e de procura da verdade. Nesse sentido, é que se costuma dizer que os media constroem a realidade, na informação, mas igualmente na ficção, no entretenimento, na publicidade e na propaganda; não só nos media profissionais, mas também nos *selfmedia*, nos *social media* e nas redes sociais;

5. Num mundo global, a informação sobre o que se passa à nossa volta é vital. O jornalismo ocupa-se da atualidade; não apenas de contar e reportar, mas também de contextualizar, de interpretar, de investigar, de questionar, de selecionar e de verificar. Os condicionamentos e desafios a que está sujeita esta atividade e as transformações que advêm de pressões internas e externas têm levado a questionar o seu papel que, no entanto, tem sido reconhecido como absolutamente crucial para a vida social e para as democracias;

6. Os media não existem nem funcionam à revelia da sociedade. Isto significa que os interesses, mundivivências, tradições, identidades e valores que os contextualizam desempenham um papel de referência, quer como potencialidade, quer como limitação. O mesmo se diga relativamente às normas e leis definidas pelos Estados ou por instituições autónomas que possam interferir no desempenho das organizações que enquadram os meios de comunicação;

7. Para entender os media, é necessário perceber o que as pessoas fazem com eles; que práticas, gostos e hábitos que cada um de nós em torno deles desenvolve; de que modo eles ocupam e entrecem a nossa vida; que lugares ocupam e que repercussões suscitam. Importa, para tal, observar e analisar os consumos e as audiências, atendendo às especificidades de cada

contexto sociocultural e geográfico, aos fatores socioeconómicos, etc.;

8. Na relação com os media, se condensam inevitavelmente as assimetrias que caracterizam a sociedade. Por isso, torna-se necessário olhar e compreender o ecossistema informativo e mediático também a partir dos grupos sociais desfavorecidos, das periferias e áreas de pobreza e das zonas em que o acesso aos media e às redes se torna mais difícil. As desigualdades de recursos e de situações podem fazer crescer novos grupos de excluídos digitais, mesmo entre aqueles que dispõem de acesso à Internet;

9. Tal como no passado, o domínio das capacidades de leitura e de escrita se tornou um requisito básico para qualquer cidadão, hoje essas capacidades alargam-se a (e cruzam-se com) novas linguagens e formas de comunicação, exigindo não apenas literacias múltiplas, como capacidades e recursos transversais às diferentes literacias. A sua aprendizagem é necessária não apenas para a formação de cidadãos críticos, esclarecidos e reflexivos, mas igualmente para as exigências da vida quotidiana, no plano da saúde, do trabalho, das finanças ou da relação com os serviços públicos;

10. A educação para a informação e os media se tornou, por tudo isto, uma vertente incontornável da formação de qualquer cidadão e um caminho que, desde a família à escola e a outras instâncias formativas, não pode deixar de ser promovido e cuidado, com vista a promover: a literacia mediática, uma vida com mais dignidade e qualidade e uma participação social e política esclarecida. ■

In Referencial de Educação para os Media

As novas Erínias e os seus aliados



Foto: Wonderlitem Orestes Pursued by the Furies Bouguereau Large Poster REPRO (Amazon)

Joaquim Jorge Veiguiha

Teséfone, Alecto e Megera, as Erínias, também conhecidas por Euménides, e a que os romanos chamavam Fúrias, eram deusas gregas que habitavam no Tártaro, parte dos infernos onde os culpados eram punidos pelos seus crimes. A sua missão era castigar os crimes dos homens contra as mulheres. Defensoras do

matriarcado, eram representadas com os cabelos entrelaçados de serpentes, com um facho numa das mãos e com um punhal na outra.

Ésquilo dedicou-lhe uma tragédia, *As Euménides*, integrada num ciclo iniciado com *Agamémnon*, rei de Micenas e Argos, um dos heróis da guerra dos gregos contra Tróia que não tinha hesitado em sacrificar a filha, Ifigénia, a conselho do advinho

Calcas, para assegurar o sucesso da contenda. Clitemenestra, sua mulher, em combinação com Egisto, o amante, assassina o rei como retaliação contra a alegada morte de Ifigénia que, graças à proteção da deusa Diana não foi assassinada, pois esta substituiu-a, no momento do sacrifício, por uma novilha. Ignorando este subterfúgio, Orestes, filho de Agamémnon, assassinou a mãe. Perseguido pelas Erínias,

mas protegido por Apolo e Atenas, deuses que representavam a nova ordem patriarcal, acabaria por ser absolvido pelo Areópago. A sentença exprime o triunfo desta ordem: é mais grave a morte do pai do que a da mãe, porque esta é apenas a depositária do germe do homem. Ifigénia, irmã de Orestes, refugia-se em Táurida. São-lhe dedicadas duas tragédias, *Ifigénia em Táurida*, uma do grego Eurípides, outra, em prosa, de Goethe (1786). Estas considerações sobre este episódio trágico da mitologia grega e os dramaturgos que o abordaram são justificadas pelo recente julgamento e condenação do produtor de Hollywood Harvey Weinstein, em Los Angeles, a vinte e três anos de prisão pela violação e assédio sexual de jovens atrizes ou candidatas a atrizes. Weinstein poderá ainda ver a sua sentença aumentada para prisão perpétua face a novos processos cíveis lançados por ex-funcionários e alegadas vítimas de assédio. Como é do conhecimento geral, as acusações contra Weinstein foram desencadeadas pelo movimento #Me Too, protagonizado pelas vítimas de violação. Para alguns (e algumas), trata-se de uma sentença inédita que põe em causa a milenar ordem patriarcal, que esteve na origem da absolvição de Orestes. No entanto, há que desde logo colocar uma interrogação: o que acontece às 99% das outras mulheres no resto do mundo

Em suma, para além, do coronavírus, propaga-se também um outro vírus altamente letal no plano intelectual e artístico que já ultrapassa as fronteiras dos EUA e se começa a estender à Europa, a que a própria França já não está imune, o vírus da censura matriarcal. Será que as Fúrias retornaram da penumbra dos séculos para exercerem a sua ‘vontade de poder’ submersa durante tanto tempo?

que fazem trabalho doméstico, muitas das quais escravizadas e violadas pelos patrões e os filhos destes, como acontecia com muitas das tradicionais ‘criadas’ portuguesas durante a ditadura fascista? Alguém fala delas? Se se queixarem às autoridades policiais na maior dos casos são objeto de troça para logo a seguir serem despedidas pelos violadores. Em comparação com estes casos impunes, a sentença aplicada a Weinstein, tendo em conta que as vítimas eram mulheres autónomas e independentes, o que não diminui a gravidade dos crimes cometidos, depois de terem decorrido tantos anos, tem algo de “obsceno”, como disse a advogada de defesa do ex-produtor de Hollywood, mesmo apesar dos crimes cometidos serem obviamente imprescritíveis.

O caso da biografia de Woody Allen

Na primeira semana de março a editora francesa Hachette recusou publicar uma autobiografia do realizador norte-americano Woody Allen *A Propos of Nothing* (“*A Propos of Nothing*”) em consequência das greves efetuadas por funcionários da delegação norte-americana da editora francesa, em Boston e Nova Iorque, que o consideram como o alegado violador da sua filha adotiva Dylan, violação de que foi ilibado pela justiça norte-americana. Ao que tudo indica, a Hachette reviu a sua decisão e provavelmente irá publicar a autobiografia do realizador. Mas esta última notícia sobre a reversão da decisão da editora passou praticamente despercebida relativamente à primeira: o diário *i* dedicou-lhe uma notícia breve em 10 de março, enquanto dois dias antes o *Público* dedicou-lhe uma página inteira. Para esta ‘sentença’ inaceitável – já não basta que Woody Allen esteja praticamente impedido de realizar e que alguns oportunistas que se encavalitavam em bicos de pés para entrar nos seus filmes o tenham vergonhosamente atacado – muito contribuiu a campanha lançada contra o realizador de Annie Hall pelo irmão de Dylan Farrow, Ronan Farrow, jornalista e autor do livro *Catch and*

Kill (“Apanha e Mata”) sobre casos de agressão sexual (em que se inclui o de Weinstein), publicado por outra filial do grupo Hachette.

Paul Gauguin

Outra das vítimas desta campanha justicialista matriarcal é o pintor Paul Gauguin (1848-1903), com a agravante de que já não se pode defender por ter morrido há muito tempo. Segundo o número especial do semanário satírico francês “Charlie Hebdo” de 7 de janeiro de 2020, numa exposição dos seus quadros realizada até 26 de janeiro na National Gallery de Londres em colaboração com o museu de Otava avisava-se o visitante que o pintor “teve relações sexuais com jovens raparigas, casou com duas, teve filhos com ela. Gauguin usou sem qualquer dúvida o seu estatuto de Ocidental privilegiado para se aproveitar ao máximo da liberdade sexual”. Tal é ‘corroborado’ por estudos feministas da década de 80 que integram Gauguin no âmbito de uma “sociedade imperialista e falocrática” para retirar legitimidade à sua obra artística. É absolutamente inaceitável que se tente anatemizar a obra de um grande pintor por fatores de natureza privada, que nada têm a ver com o seu processo criativo. O retorno de novas formas de censura, como destaca o número do Charlie Hebdo intitulado precisamente “Les Nouvelles Censures”, leva também editoras norte-americanas e de cultura anglo-saxónica a submeterem os manuscritos de autores a um novo censor, eufemisticamente designado por “sensitive reader”. Se o juízo deste é negativo, a editora pode não publicar a obra se estes não se retratarem publicamente. Em suma, para além, do coronavírus, propaga-se também um outro vírus altamente letal no plano intelectual e artístico que já ultrapassa as fronteiras dos EUA e se começa a estender à Europa, a que a própria França já não está imune, o vírus da censura matriarcal. Será que as Fúrias retornaram da penumbra dos séculos para exercerem a sua ‘vontade de poder’ submersa durante tanto tempo? Só o futuro o poderá dizer. ■



Lutar vale a pena



Fotos: SPGL - Joana Rodrigues

Dia 10 de Março foi a data escolhida pelo Grupo da Igualdade do SPGL para assinalar o Dia Internacional das Mulheres, comemorado na rua com várias manifestações de mulheres e ativistas pelos direitos, lembrando que a luta pela igualdade de género continua a ser atual e imprescindível.

Almerinda Bento
Dirigente do SPGL

A iniciativa do SPGL tinha dois focos: divulgar testemunhos de luta em que as mulheres desempenharam um papel decisivo e aprofundar o tema do assédio moral, convidando para

tal especialistas na matéria. Três casos concretos, três testemunhos em discurso direto e uma brochura assinalaram a primeira metade da iniciativa. À timidez inicial de quem acha que “não sabe falar para o público” seguiu-se a torrente de palavras, de emoções e a vontade de não

parar de contar experiências na primeira pessoa. No caso da Triumph, Dora Viegas deu testemunho do que foram 23 dias de luta ininterrupta na rua, do apoio da população e das solidariedades que permitiram o pagamento de salários em atraso e do fundo salarial. Uma luta dura, mas que

valeu a pena, nas palavras da própria. Maria José Nunes a trabalhar numa IPSS deu testemunho das consequências gravosas para os/as trabalhadores/as quando a entidade patronal não só é incompetente para gerir a instituição, mas também desrespeita os direitos de quem trabalha. No seu caso, a resistência passou por os/as trabalhadores/as não se deixarem isolar e procurarem apoio junto às famílias das crianças com quem trabalham, fortalecendo a sua resistência. Ana Paiva deu-nos um testemunho sereno e firme numa luta muito dura e prolongada contra um chefe prepotente e assediador. Sem o apoio informado e constante do SPGL e do seu contencioso, o processo não estaria a seguir o seu caminho e ela não estaria ali de cabeça erguida a dizer que não se deve desistir, nem perder a razão “porque a verdade vem sempre ao de cima”. Em todos os testemunhos a conclusão do papel dos sindicatos no acompanhamento e apoio às lutas, mas também a certeza de que a comemoração do dia 8 de Março como Dia Internacional das Mulheres faz todo o sentido.



Já antes, a saudar a iniciativa, José Costa, presidente do nosso sindicato, tinha dito que mudar o paradigma da desigualdade “é uma tarefa de todos nós, homens e mulheres, é também uma tarefa do Movimento Sindical enquanto força impulsionadora e transformadora de mentalidades.” A projeção de fotografias do extenso acervo fotográfico de Felizarda Baradas completou a primeira parte da sessão.

Para tratar o tema do assédio moral, Fátima Messias, da CGTP, balizou o período da troika como o momento



em que as denúncias de assédio e a intervenção dos sindicatos se começaram a fazer sentir. Reconheceu que este novo paradigma de intervir e dar atenção a questões individuais e não exclusivamente coletivas é um desafio novo para os sindicatos. Na sua intervenção, em que relevou o relato na primeira pessoa da operária corticeira e dirigente sindical Cristina Tavares, Fátima Messias disse que na luta contra a fragilidade e medo dos trabalhadores, temos que desenvolver a solidariedade e dar força à resistência. Bernardo Coelho, investigador do ISCSP, deu dados e informações relevantes ao nível de documentos que devem ser conhecidos e divulgados na prevenção e combate ao assédio moral. Sendo que 80% do assédio moral é exercido por chefias e superiores hierárquicos e que 16,5% das mulheres trabalhadoras já foram vítimas de assédio moral, a mensagem que deixou foi a de que é preciso perder o medo de denunciar, que se deve ter cabeça fria numa luta tão perversa e desigual e que todos as provas, tudo deve ser guardado e registado como meio de prova. Por fim, Margarida Raposo, jurista do SPGL e que tem tido um papel relevante no acompanhamento de casos de várias sócias, refletiu sobre as diferenças entre assédio e conflito laboral, o que nem sempre é fácil de destrinçar. Da sua experiência profissional no acompanhamento de vítimas de assédio moral, valorizou a importância do acompanhamento psicológico ao mesmo tempo que se faz o apoio jurídico, tal como a necessidade de o trabalho sindical estar ancorado e apoiado nos contributos da academia.

A sessão foi enriquecida por vários testemunhos, por questões, por intervenções de um público que ocorreu em bom número e que fez as conclusões neste encontro sobre assédio moral promovido pelo SPGL: a precariedade fomenta o assédio e a palavra de ordem deverá ser lutar sem medo e sem tréguas pela dignidade. ■



Fotos: SPGL - Joana Rodrigues



Projetos de cariz pedagógico ou municipalização encapotada

Rui Capão
Dirigente do SPGL

Iniciado em 2015, pelo governo Passos Coelho, com um projeto piloto, que envolveu cerca de duas dezenas de escolas a nível nacional, a municipalização das escolas, e por arrastamento, do ensino, tem agora seguimento no estipulado pela Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais).

E se o projeto piloto já previa, por exemplo, a transferência para os municípios da gestão do pessoal não docente, da possibilidade de intervenção nos 25% de currículo próprio das escolas ou da aprovação de um projeto educativo de cariz municipal que se constituiria referente para a aprovação dos projetos educativos de cada escola, a Lei n.º 50/2018 alarga o campo de intervenção à participação “na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar” e em “Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas” (alínea d) do n.º 2 e na alínea c) do n.º 3, do art.º 11º, respetivamente).

É neste contexto que temos de analisar o inusitado número de projetos patrocinados por empresas nacionais ou estrangeiras, financiados muitos deles por fundos comunitários que, com o patrocínio dos municípios e do ME (neste caso, de forma nunca claramente assumida), vêm inundando as nossas escolas.

Sobre este assunto, atempadamente, a FENPROF já tomou posição, sublinhando que o problema não é “(...) as escolas terem projetos financiados por



fundos comunitários, mas, de o Ministério da Educação não criar condições para que estas possam desenvolver os seus próprios projetos e garantir, a partir deles, mais e melhores recursos (...)”. FENPROF – Nota á Comunicação Social, 30.10.2019).

Analisemos, então, sucintamente, um dos vários projetos, propostos por um município da Grande Lisboa, às escolas da sua área de intervenção.

(Ver Quadro 1)

Em primeiro lugar assinalar a origem externa à escola, sendo promovidos por empresas sedeadas fora do país, através dos seus representantes/mediadores em Portugal, sendo a sua apresentação às escolas operacionalizada pelo município.

Em segundo lugar reter a utilização de conceitos caros às escolas e aos professores como criatividade, pensamento crítico, colaboração, comunicação, desenvolvimento de competências de estratégia e gestão, alguns deles já praticados há muito, outros ligados ao conceito do “empreendedorismo” em

curso nos últimos anos, em algumas escolas, ou através de um diagnóstico da situação, de todos conhecido:

“A retenção escolar em Portugal assume contornos preocupantes, quer pela expressão, quer pela manifesta ineficiência e ineficácia desta medida para a melhoria do desempenho escolar dos alunos, mas também pelos custos que o problema acarreta” (Criatividade, Plano de Desenvolvimento, p.3)

Nada de novo, portanto.

Em terceiro lugar questionar até que ponto estes (e outros projetos da mesma índole) foram alvo de abordagem prévia dos departamentos curriculares e sujeitos a escrutínio do Conselhos Pedagógicos e Conselho Geral das escolas, tendo em conta o seu enquadramento, quer no Plano Anual de Atividades, quer no próprio Projeto Educativo das Escolas.

Finalmente, chamar a atenção para o facto de projetos deste cariz poderem vir a impor nas escolas modelos de aprendizagem e orientações pedagógicas, que nada têm a ver com a nossa realidade, antes visam servir objetivos

QUADRO 1

Nome do projecto	Empresa-mãe	Mediador em Portugal	Objectivos
<p>CriAtividade®: Problem Solvers em Ação</p> <p>Público alvo: crianças e jovens, desde o jardim de infância até ao Ensino Superior</p>	<p>The Torrance Center for Creativity and Talent Development University of Georgia College of Education</p>	<p>Torrance Center Portugal</p>	<p>“ensina a resolver problemas saindo das abordagens convencionais. Desenvolve um conjunto de competências que são fundamentais para o sucesso no século XXI: criatividade, pensamento crítico, colaboração e comunicação.”</p>

QUADRO 2

Embaixador Master	“(…) assume a responsabilidade de formar, acompanhar e avaliar os Mentores e os Embaixadores (designado no orçamento como Coordenador Pedagógico).”
Embaixador	“(…) adulto com competências de formação, dinâmico e alinhado com os objetivos do projeto. Dinamizador da Rede CriAtividade®, através da qual preparam e acompanham outros educadores que se tornam Mentores”
Mentor	“(…) adulto com objetivos de educador (professor, treinador desportivo, encarregado de educação e outros adultos da comunidade) que se tornam aptos a implementar o programa com os jovens (...)”
CriAtivos	“(…) são jovens que frequentem desde o Jardim de Infância ao 12 ^a ano do Ensino Superior (...)”

e interesses específicos das empresas promotoras.

Será que isso não preocupa ninguém? Olhemos, então, com mais atenção, para a forma como o projeto Criatividade, se estrutura e funciona.

Apresenta-se como “um programa internacional, sendo implementado há mais de 40 anos nos Estados Unidos da América e disseminado nos 5 continentes” (Criatividade, Plano de Desenvolvimento, p. 8), desenvolvendo todas as suas atividades com o apoio do centro de investigação da Universidade de Georgia (Torrance Center for Creativity & Talent Development).

Em 16 objetivos que pretende desenvolver, todos eles autênticas generalidades, apenas aparece referência de forma breve à legislação portuguesa

em 10º e 11º lugar (“Potencia as condições para que os docentes, no âmbito do Decreto-Lei nº 55/2018, desenvolvam dinâmicas ativas na sua disciplina ou em outras soluções curriculares, em funcionamento interdisciplinar e multidisciplinar, potenciando o trabalho colaborativo (ex.: DAC); Contribui na construção e/ou operacionalização da Inovação Pedagógica preconizada na Portaria 181/2019.”), o que acentua o aspeto, que já referimos, de se tratar de um projeto claramente exterior à escola.

Este aspeto clarifica-se, ainda mais, se tivermos em conta, quer a estrutura de operacionalização, em pirâmide, quer as funções atribuídas a cada nível:

(Ver Quadro 2)

Elaborado a partir de Criatividade, Pla-

no de Desenvolvimento, p.6 (sublinhados meus)

Isto é, a empresa promotora pretende, afinal, recrutar na escola e na comunidade recursos humanos para, após formação ministrada pela mesma, implementarem o projeto nas escolas, no fundo, ao serviço do seu modelo pedagógico.

Nada mais simples, sobretudo, se tivermos em conta a expectativa temporal próxima de uma dificuldade crescente em encontrar professores.

Por outro lado, os municípios, ao apadrinharem esta estratégia, veem nela, uma forma de passo a passo reforçarem o seu peso dentro da escola, afinal, o objetivo último do processo de municipalização. ■



Fátima Inácio Gomes
Professora do Agrupamento
de Escolas de Barcelos

“Sentimos que temos de estar disponíveis a toda a hora”

Testemunho de Fátima Inácio Gomes, professora do Agrupamento de Escolas de Barcelos.

“O meu princípio tem sido não sobrecarregar os alunos. Temo que muitos deles tenham, presentemente, mais trabalho do que em circunstâncias normais.”

Tantas vezes se deseja trabalhar em casa, mas fazê-lo quando estamos no epicentro de um evento tão extraordinário (e assustador) quanto [uma pandemia](#) revela ser bem menos agradável do que se anteciparia. Contudo, é muito mais tranquilizador do que ter de enfrentar transportes públicos e aglomerados de pessoas cujos hábitos de vida/higiene desconhecemos, como ainda tantos trabalhadores têm lamentavelmente de fazer (pelo menos, no momento em que escrevo).

Como tem sido a minha vida de professora à distância? Bem, em circunstâncias normais, estaria a dar as aulas e a concentrar-me na correção de testes, na preparação da reunião com os diretores de turma (sou coordenadora dos DT de secundário) e reuniões de avaliação. Como neste período antecipei (premonitoriamente?) todos os momentos de avaliação, coincidiu que, na passada quinta-feira, tivesse dado os últimos tes-

tes, além de já ter realizado a avaliação da oralidade em todas as turmas. Pretendia eu ter um fim de período mais tranquilo, poder ter tempo para a correção dos testes e restantes afazeres, numa fase em que o cansaço se acumula. Resulta agora que, desde essa quinta-feira, nem os testes consegui corrigir. Durante todo o fim de semana recebi mails da direção [com procedimentos a adotar](#) e fui contactando alunos e pais, assim como preparei os procedimentos para a semana. As aulas que daria verbalmente e já não careciam de preparação, tiveram de ser revistas para as transformar em algo que pudesse ser apresentado via digital. E, sendo diretora de turma do 12.º ano, continuei hoje [terça-feira] numa “luta” de esclarecimentos e informações, pois a tutela enviou os procedimentos a adotar para a inscrição para exames.

Pretendia, [como recomendamos](#), adotar uma rotina em casa. Até planeava fazer exercício, mas para já não tem sido possível. O “[tele-trabalho](#)” dá espaço a isso: sentimos que temos de estar disponíveis a toda a hora, os pais e alunos talvez também esperam que estejamos disponíveis a toda a hora. Recebo mails desde

as 8h00 às 23h00. E tenho respondido. Talvez devesse estabelecer a tal rotina, o tal horário, mas quando lidamos com pessoas de quem somos próximos (e eu sou próxima — muitos professores o são — dos meus alunos) é difícil não responder logo. Percebemos a sua ansiedade.

Espero poder vir a diminuir este ritmo de trabalho mal se comecem a interiorizar mecanismos e todos comecem a ficar esclarecidos em termos de funcionamento da escola neste novo contexto. Preciso de corrigir os tais testes, concluir a avaliação, preparar os conselhos de turma online. Mas, entretanto, terei de ir produzindo mais material, corrigir o que me enviam. O meu princípio tem sido não sobrecarregar os alunos. Temo que muitos deles tenham, presentemente, mais trabalho do que em circunstâncias normais. O que não é sensato, até porque muitos deles estão ansiosos, seja pelo temor à doença, seja pela indeterminação do futuro. Têm chovido propostas de ensino à distância, plataformas e-learning, ferramentas virtuais interativas, vindas da tutela, editoras, outros professores... para já tenho adotado métodos mais convencionais e criadores da

menor entropia possível. Se o terceiro período implicar ser todo não presencial, recorreré a outras ferramentas, se forem facilitadoras do processo.

Assim, se fizesse um diário da quarentena, este seria muito idêntico ao longo das horas: levantar; tratar da higiene; tomar o pequeno almoço já ao computador, respondendo a mails; continuar ao computador a distribuir tarefas, a apoiar alunos com dúvidas de todo o tipo e a produzir materiais até à hora de ir fazer o almoço; depois, voltar ao computador e repetir tudo de novo, até à hora de jantar; vou intercalando estes afazeres com os momentos em que ligo à mãe para saber se anda a portar-se bem (não saindo de casa, com os seus 74 anos e várias patologias), em que interajo com alguns amigos para saber como estão e me atualizo com as notícias.

Desde sexta que não saio de casa, com as minhas filhas, duas estudantes universitárias que não me sobrecarregam com as solicitações que não faltariam se fossem pequenas. A harmonia do lar está de boa saúde, que é aquilo que desejo a todos. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Telef.: 265 228 778
Fax: 265 525 935
Correio eletrónico: setubal@spgl.pt

•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt

Troca de Saberes

Iniciámos, este ano, o projeto Troca de Saberes, a desenvolver em sessões mensais na sede do SPGL. Cada sessão consiste na troca de saberes e de olhares sobre o conhecimento em que cada um põe à disposição dos outros, um nicho de saber sobre determinado tema, matéria ou conceito a ser discutido livremente entre todos.



A 1ª sessão foi apresentada no dia 11 de março sob o tema “Ler a fotografia” apresentado pela professora Maria João Vale. Em vésperas das medidas restritivas impostas pelo coronavirus a chegar ao nosso país, não foram muitos os professores presentes que apreciaram a brilhante exposição da Maria João Vale que nos transmitiu como olhar, ver e ler fotografias ordenadas sob múltiplos temas, entre os quais, a Arquitetura, a Arte Urbana, a Natureza e Vida Selvagem, a Natureza Morta, O Retrato, a Fotografia de Rua, as Sombras, a Viagem e a Abstração. Deixamos aqui duas frases da Maria João na abertura da sessão: “Gosto de fotografar, a razão da fotografia é o prazer, de ver, olhar e fixar qualquer coisa diferente e fotografar”, “Fotografar na escola, em família, amigos, em viagens e nos mais variados contextos e locais foi sempre uma constante na minha vida até hoje”
Esperamos poder vir a repetir esta sessão, num tempo que desejamos próximo, para que seja possível encher a sala com muitos outros professores.



Link do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=-dxeY9tkMg&t=28s>

Consulte a nossa página em

www.spgl.pt



I SÉRIE

[Declaração de Retificação n.º 7/2020 - Diário da República n.º 34/2020, Série I de 2020-02-18129300064](#)

Retifica a [Portaria n.º 2/2020](#), do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que regulamenta os termos do reconhecimento e manutenção do Estatuto do Cuidador Informal, aprovado em anexo à [Lei n.º 100/2019](#), de 6 de setembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2020

[Portaria n.º 76/2020 - Diário da República n.º 55/2020, Série I de 2020-03-18130350399](#)

Procede à revogação das portarias de criação dos cursos profissionais constantes no anexo à presente portaria

[Decreto-Lei n.º 10-B/2020 - Diário da República n.º 57/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-20130473160](#)

Atualiza a base remuneratória e o valor das remunerações base mensais da Administração Pública

[Portaria n.º 78-A/2020 - Diário da República n.º 58/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-23130602981](#)

Fixação do número de vagas dos quadros de zona pedagógica para o concurso externo e para o concurso externo do ensino artístico especializado da música e da dança

II SÉRIE

[Despacho n.º 2912/2020 - Diário da República n.º 45/2020, Série II de 2020-03-04 129843518](#)

Subdelega competências na diretora-geral dos Estabelecimentos Escolares, mestre Maria Manuela Pinto Soares Pastor Fernandes Arraios Faria

[Portaria n.º 221/2020 - Diário da República n.º 46/2020, Série II de 2020-03-05 129881355](#)

Fixa os montantes do subsídio anual

por aluno concedido ao abrigo de contratos simples e de desenvolvimento celebrados entre o Estado e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo

[Despacho Normativo n.º 3-A/2020 - Diário da República n.º 46/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-05 129970449](#)

Altera o Regulamento do Júri Nacional de Exames e apr-ova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário

[Portaria n.º 64/2020 - Diário da República n.º 49/2020, Série I de 2020-03-10130070741](#)

Define os termos e as condições de implementação dos projetos-piloto previstos no Estatuto do Cuidador Informal, aprovado em anexo à [Lei n.º 100/2019](#), de 6 de setembro, bem como os territórios a abranger

[Despacho n.º 3186-A/2020 - Diário da República n.º 49/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-10 130114102](#)

São fixadas, para o ano de 2020, as vagas para a progressão aos 5.º e 7.º escalões para os docentes a quem tenha sido atribuída a menção qualitativa de Bom na respetiva avaliação de desempenho e, cumulativamente, cumpram o requisito da formação

[Despacho n.º 3262-A/2020 - Diário da República n.º 51/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-12 130114152](#)

Sistematiza as competências, procedimentos e metodologia a observar no processo de planeamento e concertação das redes de oferta profissionalizantes, designadamente dos Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), dos Cursos Profissionais (CP) e dos Cursos com planos próprios de dupla certificação (CPP)

[Aviso n.º 5107-A/2020 - Diário da República n.º 60/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-25 130603042](#)

Concursos de educadores de infância e

de professores dos ensinos básico e secundário para o ano escolar de 2020/2021

COVID 19

[Despacho n.º 2875-A/2020 - Diário da República n.º 44/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-03 129843866](#)

Adota medidas para acautelar a proteção social dos beneficiários que se encontrem impedidos, temporariamente, do exercício da sua atividade profissional por ordem da autoridade de saúde, devido a perigo de contágio pelo COVID-19

[Despacho 3103-A/2020](#)

Operacionaliza os procedimentos previstos no Despacho n.º 2875-A/2020, no âmbito do contágio pelo COVID-19

[Despacho 2836-A/2020](#)

Ordena aos empregadores públicos a elaboração de um plano de contingência alinhado com as orientações emanadas pela Direção-Geral da Saúde, no âmbito da prevenção e controlo de infeção por novo Coronavírus (COVID-19)

[Decreto-Lei n.º 10-A/2020 - Diário da República n.º 52/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-13130243053](#)

Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

[Decreto-Lei n.º 10-E/2020 - Diário da República n.º 59/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-24130603009](#)

Cria um regime excecional de autorização de despesa para resposta à pandemia da doença COVID-19 e procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março



• **[Declaração de Retificação n.º 11-B/2020 - Diário da República n.º 53/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-03-16130277366](#)**

Retifica o [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março, da Presidência do Conselho de Ministros, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19, publicado no Diário da República, 1.ª série, 1.º suplemento, n.º 52, de 13 de março de 2020

• **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020 - Diário da República n.º 52/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-13130243054](#)**

Aprova um conjunto de medidas relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

• **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2020 - Diário da República n.º 58/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-23130602980](#)**

Alarga o diferimento de prestações vincendas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional ou no Portugal 2020 a todas as empresas, devido à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

• **[Despacho n.º 3298-B/2020 - Diário da República n.º 52/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-13 130243048](#)**

Declaração de situação de alerta em todo o território nacional

• **[Despacho n.º 3301-C/2020 - Diário da República n.º 52-B/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-03-15 130277341](#)**

Adota medidas de caráter extraordinário, temporário e transitório, ao nível dos serviços de atendimento aos cidadãos e empresas, incluindo os serviços consulares fora do território nacional, no âmbito do combate ao surto do vírus COVID-19

• **[Despacho n.º 3301-D/2020 - Diário da República n.º 52-B/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-03-15 130277342](#)**

Determina a adoção de medidas

adicionais de natureza excecional para fazer face à prevenção e contenção da pandemia COVID-19

• **[Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020 - Diário da República n.º 55/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-18130399862](#)**

Declara o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

• **[Resolução da Assembleia da República n.º 15-A/2020 - Diário da República n.º 55/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-18130399863](#)**

Autorização da declaração do estado de emergência

• **[Lei n.º 1-A/2020 - Diário da República n.º 56/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-19130473088](#)**

Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19

• **[Decreto n.º 2-A/2020 - Diário da República n.º 57/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-20130473161](#)**

Procede à execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo [Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020](#), de 18 de março

• **[Declaração de Retificação n.º 11-D/2020 - Diário da República n.º 57/2020, 2º Suplemento, Série I de 2020-03-20130531801](#)**

Retifica o [Decreto n.º 2-A/2020](#), de 20 de março, da Presidência do Conselho de Ministros que regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, publicado no Diário da República, 1.ª série, 1.º suplemento, n.º 57, 20 de março de 2020

• **[Despacho n.º 3614-D/2020 - Diário da República n.º 58/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-23 130600789](#)**

Define orientações para os serviços públicos em cumprimento do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, em execução da declaração do estado de emergência

efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março

• **[Despacho n.º 3614-E/2020 - Diário da República n.º 58/2020, 1º Suplemento, Série II de 2020-03-23 130600790](#)**

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Direção-Geral da Administração Escolar e do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., durante o estado de emergência

• **[Decreto-Lei n.º 10-F/2020 - Diário da República n.º 61/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-26130779505](#)**

Estabelece um regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

• **[Decreto-Lei n.º 10-G/2020 - Diário da República n.º 61/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-26130779506](#)**

Estabelece uma medida excecional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia COVID-19

• **[Decreto-Lei n.º 10-J/2020 - Diário da República n.º 61/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-26130779509](#)**

Estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

• **[Decreto-Lei n.º 10-K/2020 - Diário da República n.º 61/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-26130779510](#)**

Estabelece um regime excecional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 ■

O regime disciplinar do pessoal docente

A matéria objeto desta rubrica encontra-se regulada nos artigos 112º a 117º (inclusive) do Estatuto da Carreira Docente (doravante ECD) e subsidiariamente pelo disposto no artigo 176º e seguintes da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP), aprovada pela Lei nº 33/2014, de 20 de Junho.

De acordo com o artigo 113º do ECD, o pessoal docente responde disciplinarmente perante o órgão de administração e gestão do estabelecimento de Educação ou de Ensino onde exerce funções (perante o respetivo Diretor/a), sendo que os membros do referido órgão respondem perante o respetivo Diretor Regional de Educação.

Tal como os restantes trabalhadores em funções públicas, o pessoal docente fica sujeito ao poder disciplinar desde a constituição do respetivo vínculo de emprego público, independentemente da respetiva modalidade (cf. art.º 176º da LTFP).

De acordo com a mesma LTFP (art.º 177º), a responsabilidade disciplinar do pessoal docente é excluída se este atuar em cumprimento de ordens ou instruções emanadas de legítimo superior hierárquico em matéria de serviço, desde que delas reclame ou exija a sua transcrição ou confirmação por escrito.

De acordo com o artigo 114º do ECD, a infração disciplinar consiste na violação "... ainda que meramente culposa, de algum dos deveres gerais ou específicos que incumbem ao pessoal docente". Enquanto trabalhadores em funções públicas, os docentes encontram-se sujeitos aos deveres gerais elencados no artigo 73º da LTFP, a saber: o dever de prossecução do interesse público, o dever de isenção, o dever de imparcialidade, o dever de informação, o dever de zelo, o dever de obediência, o dever de lealdade, o dever de correção, o dever de assiduidade e o dever de pontualidade. Por sua vez, os deveres gerais e especiais a que este grupo profissional se encontra vinculado encontram-se devidamente elucidados no ECD, respetivamente nos seus artigos 10º (deveres gerais), 10ºA (deveres para com os alunos), 10ºB (deveres para com a Escola e os outros docentes) e 10ºC (deveres para com os pais e encarregados de educação). Quando a instauração de processo disciplinar decorra de ações inspetivas da

Inspeção Geral de Educação, a respetiva competência pertence ao Inspector-Geral da Educação.

As sanções disciplinares aplicáveis aos docentes enquanto trabalhadores em funções públicas são as seguintes: repreensão escrita, multa, suspensão, e despedimento disciplinar ou demissão (cf. artigo 180º da LTFP). De acordo com o artigo 116º do ECD, a aplicação da pena de repreensão escrita é da competência do respetivo órgão de administração e gestão do estabelecimento de ensino. Por sua vez, a aplicação das penas de multa, suspensão e inatividade é da competência dos respetivos Diretores Regionais de Educação e a aplicação da pena de expulsão é da competência do Ministro da Educação.

Na sucinta abordagem desta matéria resta referir que, no caso do pessoal docente contratado, a aplicação da pena de suspensão determina a não renovação do respetivo contrato. Contudo, também pode implicar a "...imediate cessação do contrato se o período de afastamento da função docente for igual ou superior ao período durante o qual, no âmbito desse contrato, prestar funções".

Por sua vez, a aplicação de penas expulsivas ao pessoal docente contratado determina "... a incompatibilidade para o exercício de funções docentes nos estabelecimentos de Educação ou de Ensino públicos" (cf. artigo 117º do ECD).

É de referir, finalmente, que, de acordo com o artigo 240º da LTFP, os docentes a quem tenha sido aplicada qualquer sanção disciplinar podem ser objeto de reabilitação pela entidade competente para a aplicação da sanção, desde que a tenham merecido pela sua boa conduta. A reabilitação é requerida pelo interessado, decorridos que sejam os prazos previstos no nº3 do suprarreferido preceito legal, consoante a pena disciplinar que lhe tenha sido aplicada. Contudo, a concessão da reabilitação, no caso em que tenha sido aplicada sanção de despedimento ou demissão, não permite ao trabalhador restabelecer o vínculo de emprego público previamente constituído.

Finalmente, é de alertar o pessoal docente a quem tenha sido instaurado um procedimento disciplinar que deve, de imediato, contactar o SPGL a fim de ser encaminhado para consulta jurídica com advogado(a). ■

QUADRO DE ZONA PEDAGÓGICA - CONCURSO EXTERNO

Está aberto o concurso.

O M.E. abriu 872 vagas para os grupos de recrutamento, a que se somam 27 para o ensino artístico especializado

**AINDA VÃO FICAR DE FORA
MAIS DE 20.000 professores, muitos
dos quais com 10 e 15 anos de serviço**

**É urgente acabar
com esta precariedade.**

ASSINE O POSTAL DIGITAL

**“FIM DA PRECARIEDADE
NA PROFISSÃO DOCENTE”**

